



Diário Oficial

DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.cachoeiro.es.gov.br

ANO XLIII - Cachoeiro de Itapemirim - Quarta - Feira - 22 de Julho de 2009 - Nº 3445

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 501/2009

TORNAR SEM EFEITO CESSÃO DE SERVIDOR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta do Seqüencial 10-3615/2009, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria nº 272/2009, de 26 de março de 2009, referente a cessão LUCIANO MALFACINI OLIVEIRA, Mecânico de Máquinas, Equipamentos e Veículos, para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim - IPACI, a partir de 04 de maio de 2009.

Cachoeiro de Itapemirim, 1º de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS MOYSÉS TURBAY

Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos

PORTARIA Nº 503/2009

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta de processo protocolado sob o nº 17.417/2009, resolve

Conceder à servidora municipal SIMONE BETTECHER AFONSO, Professor PEB C V, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEME, licença para tratamento de saúde, no período de 18 (dezoito) dias, a partir 18 de maio de 2009, conforme atestado médico apresentado e anexo ao processo mencionado, nos termos do Artigo 91 da Lei nº. 4.009, de 20.12.94 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, ficando excluído o nome da

servidora da Portaria nº 420/2009.

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS MOYSÉS TURBAY

Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos

PORTARIA Nº 504/2009

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº. 20.128/2009, resolve:

Conceder à servidora municipal PATRÍCIA DO CARMO DA SILVA OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Públicos Municipais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES, licença à gestante, no período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 04 de junho de 2009, nos termos do Art. 101, da Lei nº. 4.009, de 20.12.94, alterado pela Lei nº. 6102, de 17 de abril de 2008.

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS MOYSÉS TURBAY

Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos

PORTARIA Nº 505/2009

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs. 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, resolve:

Transferir a lotação dos servidores municipais abaixo relacionados para as Secretarias mencionadas a partir das respectivas datas.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

BRAZ BARROS DA SILVA
Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EDITADO pela:
 P.M.C.I. - Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES.
 SEMASI – Secretaria Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos.
 Diretoria de Administração Geral.
 Gerência de Atos Oficiais.
 Rua Joaquim Vieira, 23 – Guandu
 Viva Shopping – 2º Andar
 Cachoeiro de Itapemirim – ES

PUBLICAÇÕES E CONTATOS (28) 3521-2001
 DIÁRIO OFICIAL (28) 3155-5203

SERVIDOR	SECRETARIA	SEQ./PROT. Nº	A PARTIR DE
Daniela Contarini Stefanato	SEMASI	2 -10.750/2009	17/04/2009
Fabiola Cristina Gardioli Carvalho	SEMASI	2 -10.750/2009	14/04/2009
Franciane Amadeu Balmas Machado	CIG	2 - 8772/2009	11/05/2009
José Carlos Santos	SEMASI	2-10.750/2009	09/04/2009
José Gomes Rangel Netto	SEMPLO	2 - 9540/2009	01/06/2009
Júlia Constantino Machado	PGM	2-8699/2009	17/06/2009
Luciano Malfacini Oliveira	SEMASI	10-3615/2009	04/05/2009
Lorena Pires da Penha	CIG	2-10.750/2009	06/04/2009
Ludmila Machado Lima	CIG	2-10.750/2009	26/01/2009
Mirella Carletti Zobolli Modesto	SEMASI	2-10.750/2009	14/04/2009
Miriam Cristina Gasparini	SEMPLO	2 -10.501/2009	23/03/2009
Miquéias Correia Gonçalves	SEMUS	2 - 9380/2009	01/06/2009
Olga Paula Alves	SEMASI	2 -11.230/2009	22/06/2009
Rogério Correa da Silva	SEMO	2 -10.178/2009	03/06/2009
Suzana Mancini de Moraes Athayde	SEMGOV	2 -11.530/2009	24/06/2009
Zenilda Cypriano de Bastista	SEMESP	2 -11.075/2009	01/07/2009

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS MOYSÉS TURBAY
Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos

PORTARIA Nº 507/2009

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR PARA O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através dos Decretos nºs 18.275, de 11 de abril de 2008 e 19.425, de 28 de janeiro de 2009, tem em vista

o que consta no Seq. nº 10-3341/2009 e 10-3612/2009, resolve:

Ceder ao Município de Vargem Alta - ES, a servidora municipal CAMILA MARIN, Agente de Serviços da Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEME, em permuta com ALBA LÚCIA MACIEL DA ROCHA, no período de 01 de julho de 2009 a 31 de dezembro de 2012, nos termos do Convênio nº. 017/2009, de 09 de março de 2009.

Cachoeiro de Itapemirim, 03 de julho de 2009.

JOSÉ CARLOS MOYSÉS TURBAY
Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos

PORTARIA Nº 525/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SANDRA NALESSO, para responder pelo cargo em comissão, com vínculo, de Gerente de Empenho e Contabilização, na SEMFA, no período de 30 (trinta) dias, a partir de 01 de julho de 2009, em virtude das férias da titular do cargo, a Srª. Ana Raquel Cypriano, assegurando à substituta a percepção do vencimento atribuído ao cargo substituído, nos termos dos Artigos 32, 33 e 34, da Lei nº 4009, de 20.12.99 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 09 de julho de 2009.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
 LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS**

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 067/2009.

CONTRATADA: A.Z. CASTRO ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS INTERNOS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMDES.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de refeições, conforme especificações do Anexo I do Edital de Pregão nº 049/2009.

VALOR: R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Recursos Próprios:

Órgão/Unidade: 09.01, Projeto/Atividade: 08.122.0001.2.007, Despesa: 3 3 90 39 27 00,

PRAZO: Até 31/12/2009.

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho - Procurador Adjunto do Município, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos, Nilcéia Maria Pizza

– Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Ariadne Zandonadi Castro – Representante da Contratada.
PROCESSO: Prot nº 19.865/2009.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2009 – PREGÃO Nº 050/2009

CONTRATO Nº : 083/2009

CONTRATADO: LIDERANÇA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Carnes), conforme especificações do anexo I do Pregão 050/2009(Item 001, 002 e 003).

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos Produtos	VALOR UNITÁRIO
001	200	Kg	Carne moída, músculo moído, com no mínimo 5% (cinco por cento) de gordura e livre de aparas	R\$ 6,80
002	400	Kg	Coxa e sobrecoxa de frango, congelado, com no máximo 10 % (dez por cento) de gordura e livre de aparas	R\$ 3,50
003	50	Kg	Linguiça mista tipo Toscana com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas	R\$ 5,70

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Ubaldo Moreira Machado – Procurador Geral do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Sebastião Adalto Gonçalves – Administrador da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 10.011/2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 003/2009 – PREGÃO Nº 051/2009

CONTRATO Nº : 084/2009

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CENTRO SUL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Hortifrutigranjeiros), conforme especificações do anexo I do Pregão 051/2009(Items 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012 e 013).

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qtd	Und	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
1	50	Kg	Abóbora Madura, tipo japonesa, tamanho grande, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terras ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	R\$ 1,30
2	70	Kg	Alho, grupo: branco; tipo: extra, embalagem (pacote/bandeja) atóxica, características adicionais: produto próprio para consumo humano.	R\$ 8,50

Item	Qtd	Und	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
3	80	Kg	Banana Prata em penca, frutos com 60 a 70% de maturação climatizada, uniformes, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho.	R\$ 1,50
4	100	Kg	Batata Inglesa, lavada, tamanho médio, uniformes, inteiras, sem ferimento ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	R\$ 2,19
5	20	Kg	Beterraba, sem folhas, de primeira, bulbos de tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	R\$ 2,70
6	100	Kg	Cebola, tamanho médio, uniforme, sem ferimento ou defeitos, tenra e com brilho, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas.	R\$ 1,80
7	30	Kg	Cenoura, sem folhas, de primeira, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	R\$ 2,00
8	30	Kg	Inhame, extra, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isento de sujidades, parasitas e larvas.	R\$ 1,60
9	250	Kg	Maça Fuji, vermelha, nacional, frutos de tamanho médio – TP 80/150, grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenra e com brilho.	R\$ 3,50
10	50	Dz	Ovo de Galinha, branco, extra, classe A.	R\$ 2,15
11	05	Kg	Pimentão Verde, tamanho médio, de primeira, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e com brilho, turgescentes, firmes e bem desenvolvidas, sem ferimentos ou defeitos, livres de terra ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	R\$ 1,80
12	10	Kg	Repolho tipo Verde, tamanho médio, de primeira, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme.	R\$ 1,10
13	20	Kg	Tomate, tipo salada, tamanho médio a grande, de primeira, com aproximadamente 60% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e com brilho.	R\$ 2,40

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Adjunto do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Jéferson Cheim Sader – Procurador da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 10.012/2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 004/2009 – PREGÃO Nº 048/2009

CONTRATO Nº : 085/2009

CONTRATADO: AGENDA DISTRIBUIDORA LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente, conforme especificações do anexo I do Pregão 048/2009(Items nº 006,007, 048,049,050,051,052,074,081,087,088,089,090,139,140,141,146, 165 e 168).

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
6	43	Und.	Agenda telefônica, tamanho 148 x 210 mm, índice telefone, capa/contra capa em cartão duplex 275 g, folhas internas papel off-set 120 g.	RS 5,00
7	5	Und.	Agenda telefônica em espiral, capa dura, com indicação AZ.	RS 5,00
48	22	Cx.	Clips nº. 00, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,73
49	11	Cx.	Clips nº. 1/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,73
50	144	Cx.	Clips nº. 2/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,73
51	265	Cx.	Clips nº. 3/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,73
52	59	Cx.	Clips nº. 4/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,73
74	4.800	Und.	Envelope pardo, tamanho 26 x 36 cm.	RS 0,11
81	5	Und.	Filme para Fax Brother 560.	RS16,00
87	10	Und.	Fita corretiva para máquina de escrever Olivetti ET 1250.	RS 2,30
88	375	Und.	Fita crepe, adesiva, em papel crepado, medindo 19mm de largura e 50 metros de comprimento, devendo a superfície ser impregnado de substância adesiva uniformemente, entrada em dorso de papelão, embaladas individualmente contendo os dados de identificação e procedência	RS 1,58
89	30	Und.	Fita para calculadora Olivetti Logus 49.	RS 3,30
90	15	Und.	Fita para máquina de escrever Olivetti ET 1250.	RS11,00
139	1.389	Und.	Pasta AZ, lombada larga, revestida externamente em polipropileno (pokf) resistente e internamente em cartão com mecanismo de alta precisão, com cantoneiras inferiores de proteção, etiqueta dupla face na lombada, tamanho ofício, com lombada larga, cor preta, visor transparente	RS 3,43
140	211	Und.	Pasta AZ, lombada média, revestida externamente em polipropileno (pokf), resistente e internamente em cartão com mecanismo de alta precisão, com cantoneiras inferiores de proteção, etiqueta dupla face na lombada, cor preta, visor transparente	RS 3,43
141	100	Und.	Pasta AZ, pequena, revestida externamente em polipropileno (pokf), resistente e internamente em cartão com mecanismo de alta precisão, possui cantoneiras inferiores de proteção, etiqueta dupla face na lombada, cor preta.	RS 3,43

146	1.224	Und.	Pasta suspensa, em papel Kraft, acompanhada de visor, etiqueta e grampo plástico.	RS 0,48
165	134	Und.	Prancheta, em eucatex, com prendedor de papel, tamanho ofício.	RS 1,35
168	4	Und.	Suporte para fita adesiva, base anti-derrapante, carretéis para rolos grandes e pequenos, lâmina em aço inox.	RS 9,00

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Cristiano Tessinari Modesto – Procurador Adjunto do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Arnaldo Carlos Goldner – Sócio da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 9035/2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 004/2009 – PREGÃO Nº 048/2009

CONTRATO Nº : 086/2009

CONTRATADO: CESCINETTO ATACADO DE PAPÉIS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente, conforme especificações do anexo I do Pregão 048/2009 (Itens nº 004,005, 022,029,030,031,034,039,040,041,046,055,057,061,076,086,091,092,095,099,100,101,106,117,118,121, 127,135,137,170 e 171).

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
4	26	Und.	Agenda comercial, medindo aproximadamente 148 x 210 mm, tipo permanente, capa em percalux e modelo anual (1 dia por página, janeiro a janeiro).	RS 6,50
5	17	Und.	Agenda compromissos de mesa diária, formato 145 x 205 mm, com fita marcadora, papel branco 60 g, idioma em português, capa dura em cor cinza ou azul.	RS13,50
22	700	Und.	Bloco para rascunho 1/4, com pauta, capa fina.	RS 0,75
29	30	Und.	Caderneta para anotações, com, no mínimo 96 folhas pautadas, com espiral, medindo aproximadamente 113 x 154 mm.	RS 0,80
30	13	Und.	Caderneta para anotações, com, no mínimo 96 folhas sem pauta, com espiral, medindo aproximadamente 113 x 154 mm.	RS 0,85
31	131	Und.	Caderno 01 matéria, capa dura 96 folhas, pautado, com espiral, formato 203 x 280 mm.	RS 2,19

34	44	Und.	Calculadora de bolso, 8 dígitos, alimentação com pilha, visor com 8 dígitos, números grandes, memória independente, funções de porcentagem, memória e desligamento automático, 4 operações e raiz quadrada, tecla de sinal sonoro, garantia mínima de 1 ano.	RS 2,06
39		Und.	Caneta esterográfica, na cor azul, corpo único em plástico transparente resistente sextavado, com ponta com esfera de tungstênio, escrita fina, carga e tampas conectadas ao corpo por encaixe, com suspiro lateral, com validade mínima de 01 ano.	RS 0,43
40	5.022	Und.	Caneta esterográfica, na cor preto, corpo único em plástico transparente resistente sextavado, com ponta com esfera de tungstênio, escrita fina, carga e tampas conectadas ao corpo por encaixe, com suspiro lateral, com validade mínima de 01 ano.	RS 0,43
41	8.882	Und.	Caneta esterográfica, na cor vermelho, corpo único em plástico transparente resistente sextavado, com ponta com esfera de tungstênio, escrita fina, carga e tampas conectadas ao corpo por encaixe, com suspiro lateral, com validade mínima de 01 ano.	RS 0,43
46	150	Fls.	Cartolina branca, gramatura 40 g, tamanho aproximado 55 x 70 cm a folha.	RS 0,24
55	81	Und.	Cola branca, PVA, líquida, embalagem plástica, com bico aplicador, atóxica, lavável, embalagem com 1 kg.	RS 4,80
57	33	Und.	Cola branca, PVA, líquida, embalagem plástica, com bico aplicador, não tóxica, lavável, embalagem com 500 gr.	RS 2,73
61	290	Und.	Cola em bastão, na cor branca, à base de água, com glicerina, atóxica, lavável, peso líquido: 8g.	RS 0,35
76	8	Und.	Escalímetro triangular c/ 30cm – Escalas	RS15,70
86	535	Und.	Fita Adesiva, transparente, polipropileno transparente, medindo 45 mm x 50 m.	RS 1,60
91	141	Und.	Folha de isopor, 02cm.	RS 2,45
92	51	Cx.	Formulário Contínuo, 80 colunas, branco, 1 via.	RS46,00
95	219	Und.	Grampeador de mesa, estrutura metálica, tamanho da base de 20 cm, para grampo 26/6, capacidade para grampear 26 folhas (referência papel 75 g), acabamento em pintura epóxi.	RS13,50
99	55	Cx.	Grampo níquelado, para grampeador 23/10, galvanizados, caixa com 1.000 unidades.	RS 2,37
100	81	Cx.	Grampo níquelado, para grampeador 23/13, galvanizados, caixa com 1.000 unidades.	RS 2,55
101	411	Cx.	Grampo níquelado, para grampeador 26/6, galvanizados, caixa com 5.000 unidades.	RS 1,90
106	2.420	Und.	Lápis preto, nº. 2, material do corpo: madeira, matéria da carga: mina grafite, diâmetro da carga 0,2mm, dureza da carga: HB, formato do corpo: cilíndrico, diâmetro do corpo: 0,7mm, comprimento total: 175mm.	RS 0,12
117	1.000	Und.	Palito, material madeira, formato chato, comprimento 10, aplicação picolé.	RS 0,05

118	226	Pct.	Papel A3, 297 x 420 mm, gramatura 75 gr/m², pacote com 500 folhas.	RS23,00
121	490	Fls.	Papel almaço	RS 0,03
127	330	Fls.	Papel cartão (várias cores)	RS 0,41
135	227	Pct.	Papel ofício, 216 x 330 mm, gramatura 75 gr/m², pacote com 500 folhas.	RS 12,75
137	20	Und.	Pasta arquivo com trilho, em plástico, tamanho ofício, cor azul.	RS 0,77
170	203	Und.	Tesoura, sem ponta, tamanho pequeno, tipo escolar, medindo, aproximadamente 13 cm.	RS 0,55
171	17	Und.	Tinta auto relevo, diversas cores, com data de validade e nome do fabricante na embalagem, para pintura artesanal.	RS 1,95

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Cristiano Tessinari Modesto – Procurador Adjunto do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Iriz Braz Cesconetto – Representante da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 9035/2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 004/2009 – PREGÃO Nº 048/2009

CONTRATO Nº : 087/2009

CONTRATADO: ALPHAPRINT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE ESCRITÓRIO LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente, conforme especificações do anexo I do Pregão 048/2009.

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
1	14	Und.	Abastecedor, uso compatível c/ pincel atômico, na cor vermelho.	RS 1,60
2	14	Und.	Abastecedor, uso compatível c/ pincel atômico, na cor preto.	RS 1,45
3	39	Und.	Abastecedor, uso compatível c/ pincel atômico, na cor azul.	RS 1,60
8	2	Cx.	Alfinete mapa, material em metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça em plástico, formato cabeça redondo, cor amarelo comprimento 10 cm. Apresentação caixa 100 unidades	RS 4,28
20	133	Rolo	Barbante, 100% algodão cru, 8 fios entrelaçados, rolo com 250g.	RS 1,99

21	680	Und.	Bloco adesivo para recado, removível, em papel sulfite, bloco com 100 (cem) folhas, dimensões mínimas de 76 x 102 mm, cor amarela.	RS 1,30	94	55	Cx.	Grafite 0,7mm, escolar, macio, 2B, cada caixa com 12 estojos e cada estojo com 12 minas.	RS 2,18
23	274	Und.	Bobina de papel para fax tipo smile em papel termosensível, com dimensões aproximadas de 215mm x 30m, na cor branca, produto com identificação e marca do fabricante.	RS 3,35	96	38	Und.	Grampeador Industrial/profissional, de mesa, apoio emborrachado para evitar deslizos, estrutura metálica, com ajuste de profundidade, base 25 x 6 cm, utiliza grampos 24/8, 24/10, 23/8, 23/6, 23/10 e 23/13.	RS35,53
26	742	Und.	Borracha branca, em látex, medidas aproximadas 31 x 21,7 mm.	RS 0,12	98	100	Und.	Grampeador tipo alicate, em metal, tratamento superficial niquelado, com capacidade para 50 folhas.	RS16,68
28	1590	Pct.	Borrachinha (para dinheiro), elástico tipo liga nº. 18, pacote com 100 gr. cada, com identificação do produto e marca do fabricante, na cor amarela.	RS 1,02	103	103	Und.	Lápis borracha, corpo em madeira e mina em borracha, nome do fabricante impresso no corpo.	RS 0,65
33	968	Und.	Caixa para arquivo morto, em papelão, dobrável, dimensão mínima de 36 x 24 x 13,5 cm.	RS 0,93	104	85	Cx.	Lápis de cera, várias cores, caixa com 12 unidades.	RS 0,70
37	44	Und.	Caneta com tinta permanente, para escrever em cd ou dvd, cor preto, tinta permanente, seca rápido, resistente à água, de ponta fina, 2.0 mm.	RS 0,99	105	68	Cx.	lápis de cor, várias cores, grande, caixa com 12 unidades.	RS 1,82
42	145	Cx.	Caneta hidrocor, caixa com 24 unidades, várias cores.	RS 3,76	109	59	Und.	Livro ata, capa preta, com 200 folhas, capa de papelão preta 1.040g/m², revestido em papel kraft 110g/m², folhas internas de papel apergaminhado 56 g/m², formato de 206 x 300 mm.	RS 9,43
45	200	Und.	Cartão Identificação, nome placa de identificação pessoal (Crachá).	RS 0,36	110	7	Und.	Livro AZ, com 100 folhas, capa dura, na cor preta.	RS 4,93
53	116	Cx.	Clips nº. 6/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,70	111	10	Und.	Livro de ponto, com 100 folhas numeradas, formato 21,6 x 32 cm, capa preta.	RS 6,53
54	80	Cx.	Clips nº. 8/0, para prender papel, em aço niquelado, fabricado em arame de aço, antiferrugem, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, caixa com 500 gr.	RS 5,70	114	126	Und.	Molha dedos, em pasta, antibacteriano, fórmula anti-séptica e antialérgica, evita o acúmulo e propagação de bactérias, embalagem com 12 gr.	RS 1,38
56	295	Und.	Cola branca, PVA, líquida, embalagem plástica, com bico aplicador, atóxica, lavável, embalagem com 90 gr.	RS 0,35	115	25	Und.	Organizador de documentos, em acrílico, tamanho ofício, para mesa, duas divisórias.	RS16,24
60	50	Und.	Cola, composição silicone, aplicação pistola quente, características adicionais com 11mm de diâmetro e 30cm de comprimento, tipo bastão.	RS 0,23	116	55	Und.	Organizador de documentos, em acrílico, tamanho ofício, para mesa, três divisórias.	RS23,93
64	380	Und.	Corretivo líquido, a base de água, frasco com 18 ml, secagem rápida, branco, atóxico, embalagem de plástico rígido, com identificação do produto, marca do fabricante, data de validade.	RS 0,51	123	4	Cx.	Papel carbono, para escrita manual, cor azul, tamanho A4, duas faces, caixa com 100 folhas.	RS 11,60
65	360	Und.	Envelope amarelo, tamanho 18,5 x 25 cm.	RS 0,07	126	2	Cx.	Papel carbono, para escrita manual, cor preto, tamanho ofício, duas faces, caixa com 100 folhas.	RS 11,60
66		Und.	Envelope amarelo, tamanho 26 x 36 cm.	RS 0,12	129	310	Fls.	Papel cenário	RS 0,23
67		Und.	Envelope amarelo, tamanho 41 x 31 cm.	RS 0,16	130	35	Rolo	Papel contact, tamanho: 45 cm x 25 m, transparente.	RS 25,58
68	50	Und.	Envelope branco, 18x25	RS 0,09	131	100	Fls.	Papel crepom	RS 0,32
69		Und.	Envelope branco, tamanho 26 x 36 cm.	RS 0,16	132	550	Fls.	Papel emborrachado, material borracha EVA, comprimento 89, largura 60, espessura 2, padrão liso, aplicação confecção de painéis.	RS 1,48
70		Und.	Envelope branco, tamanho tipo carta 12 x 17 cm.	RS 0,02	136	759	Und.	Pasta aba com elástico, plastificada, tamanho 235 x 325mm.	RS 0,67
71		Und.	Envelope branco, tamanho tipo ofício 11 x 23 cm.	RS 0,03	138	380	Und.	Pasta arquivo de plástico, sem elástico.	RS 0,76
72	100	Und.	Envelope pardo, tamanho 18 x 24 cm.	RS 0,06	142	176	Und.	Pasta catálogo, plástica, em PVC, com bolsos plásticos e 4 furos, com colchetes, 50 envelopes finos, 245 x 335 mm.	RS 4,60
73	100	Und.	Envelope pardo, tamanho 18,5 x 25 cm.	RS 0,07	143	772	Und.	Pasta grampo com trilho, plastificada, tamanho 235 x 325 mm.	RS 0,52
75		Und.	Envelope pardo, tamanho 41 x 31 cm.	RS 0,15	150	16	Und.	Perfurador para papel, com 04 furos, estrutura metálica em pintura epóxi e cromado, capacidade para perfurar 20 folhas (referência papel 75gr.).	RS 20,20
78	132	Und.	Estilete, corpo em plástico ABS, com lâmina reta larga de 18 mm.	RS 0,42	151	294	Und.	Pincel atômico 1100, azul, escrita grossa, tinta a base de álcool.	RS 0,71
79	12	Pct.	Etiqueta 100 folhas, tamanho 25,4x66,7	RS19,65	152	260	Und.	Pincel atômico 1100, preto, escrita grossa, tinta a base de álcool.	RS 0,71
93	51	Cx.	Grafite 0,5mm, escolar, macio, 2B, cada caixa com 12 estojos e cada estojo com 12 minas.	RS 2,18	153	20	Und.	Pincel atômico 1100, verde, escrita grossa, tinta a base de álcool.	RS 0,71

154	255	Und.	Pincel atômico 1100, vermelho, escrita grossa, tinta a base de álcool.	RS 0,71
155	429	Und.	Pincel atômico 850, azul, ponta fina, tinta a base de álcool.	RS 0,74
156	209	Und.	Pincel atômico 850, preto, ponta fina, tinta a base de álcool.	RS 0,74
157	204	Und.	Pincel atômico 850, vermelho, ponta fina, tinta a base de álcool.	RS 0,74
164	251	Und.	Porta lápis/Clipes/Lembretes, em acrílico transparente fumê, tamanho grande, com três divisórias, base medindo aproximadamente 23 x 7,5 cm.	RS 3,87
167	20	Und.	Rolette para máquina de calcular Logos 642/644/682/684	RS 6,53
172	50	Und.	Tinta para carimbo, cor azul. Componentes: água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco: 40 ml	RS 0,87
173	41	Und.	Tinta para carimbo, cor preta. Componentes: água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco: 40 ml.	RS 0,87
174	6	Und.	Tinta para carimbo, cor vermelha. Componentes: água, pigmentos, aspecto físico líquido, aplicação almofada, capacidade frasco: 40 ml	RS 0,87

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Cristiano Tessinari Modesto – Procurador Adjunto do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Oswaldo Gomes Meira Filho – Representante da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 9035/2009.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 004/2009 – PREGÃO Nº 048/2009

CONTRATO Nº : 088/2009

CONTRATADO: THEUSMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

OBJETO: Aquisição de Material de Expediente, conforme especificações do anexo I do Pregão 048/2009.

A partir da publicação fica registrado, observada a ordem de classificação, os preços propostos pelo fornecedor, para os itens abaixo, conforme definido no Anexo I – Termo de Referência – e nas condições estabelecidas no ato convocatório:

Item	Qtd.	Und.	Descrição dos Materiais	Valor Unitário
9	2	Cx.	Alfinete mapa, material em metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça em plástico, formato cabeça redondo, cor azul, comprimento 10 cm. Apresentação: Caixa com 100 unidades.	RS 3,72
10	2	Cx.	Alfinete mapa, material em metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça em plástico, formato cabeça redondo, cor preto comprimento 10 cm. Apresentação: caixa 100 unidades.	RS 3,72
11	2	Cx.	Alfinete mapa, material em metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça em plástico, formato cabeça redondo, cor verde, comprimento 10 cm. Apresentação: Caixa com 100 unidades.	RS 3,72
12	2	Cx.	Alfinete mapa, material em metal, tratamento superficial galvanizado, material cabeça em plástico, formato cabeça redondo, cor vermelha, comprimento 10 cm. Apresentação: caixa com 100 unidades.	RS 3,72
13	51	Und.	Almofada para carimbo, com tecido de longa duração, em estojo plástico, medidas aproximadas de 12 x 9 cm, com tinta na cor azul.	RS 1,50

14	2	Und.	Almofada para carimbo, com tecido de longa duração, em estojo plástico, medidas aproximadas de 12 x 9 cm, com tinta na cor preto.	RS 1,50
15	1	Und.	Almofada para carimbo, com tecido de longa duração, em estojo plástico, medidas aproximadas de 12 x 9 cm, com tinta na cor vermelho.	RS 1,50
16	19	Und.	Apagador para quadro branco, medindo 14,5 cm de comprimento x 6 cm de largura x 3,5 cm de altura, material plástico, formato ergonômico.	RS 2,10
17	5	Und.	Apagador para quadro negro, tamanho grande, simples, de madeira e com carpete.	RS 0,49
18	99	Und.	Apontador de lápis, confeccionado em metal, tipo escolar, cor prateado, tamanho médio.	RS 0,37
19	405	Und.	Apontador, material plástico, tipo escolar, com 01 furo, com depósito, tamanho médio.	RS 0,16
24	5	Cx.	Bobina de papel termosensível mod. 57 x 2 x 1 largura 56,5mm diâmetro 45mm e 22 metros de comprimento, tubete de 12mm 1 via (Cx c/ 30 unidades).	RS22,70
25	60	Pct.	Bolas de soprar, contendo 50 unidades, coloridas.	RS 1,85
27	128	Und.	Borracha de encaixe (tipo ponteira) para lápis, na cor branca.	RS 0,07
32	3295	Und.	Caixa para arquivo morto em plástico poliondas, espessura 2,5 mm, 450 g/ m2, cor amarela, montável para arquivo, medindo externamente 14x26x37 cm montada (internamente deverá apresentar medidas de 13.5x25x36 cm), entregar desmontadas.	RS 1,28
35	73	Und.	Calculadora de mesa, 8 dígitos, memória independente, funções de porcentagem, raiz quadrada, tecla “+” tamanho grande, tecla OFF (desliga), funcionamento por luz solar e bateria, corpo plástico, dimensões aproximadas: 2,5 x 10,5 x 15 cm (AxLxP).	RS 4,50
36	268	Und.	Caneta com tinta permanente, para escrever em cd ou dvd, cor preto, tinta permanente, seca rápido, resistente à água, de ponta fina, 1,0 mm.	RS 1,21
43	208	Cx.	Caneta marca texto fluorescente, não recarregável, com ponta chanfrada de aproximadamente 4mm, largura de escrita de 2 a 4 mm, na cor amarelo.	RS 6,86
44	105	Cx.	Caneta marca texto fluorescente, não recarregável, com ponta chanfrada de aproximadamente 4mm, largura de escrita de 2 a 4 mm, na cor verde.	RS 6,86
47	560	Fls.	Cartolina colorida, dupla face.	RS 0,37
62	87	Cx.	Colchete (bailarina), nº. 11, latonado, caixa com 72 unidades.	RS 2,78
63	5	Und.	Corretivo de Papel, corretivo fita, material base resina, comprimento 12, largura 4,20, aplicação impressão geral, características adicionais bico aplicador e tampa protetora.	RS 4,13
77	97	Und.	Estilete, corpo em plástico ABS, com lâmina reta estreita de 9,5 mm.	RS 0,48
80	305	Und.	Extrator de grampos tipo espátula, em aço cromado, dimensões aproximadas de 15 cm.	RS 0,38
82	30	Und.	Fita Adesiva, material poliuretano, tipo dupla face, largura 12, comprimento 2, aplicação multiuso, características adicionais esponjosa.	RS 1,96
84	332	Und.	Fita Adesiva, transparente, polipropileno transparente, medindo 12 mm x 33 m.	RS 0,35
85	233	Und.	Fita Adesiva, transparente, polipropileno transparente, medindo 19 mm x 20 m.	RS 0,58
97	30	Und.	Grampeador, material metal, tipo mesa, capacidade 20, tamanho grampo 26/6, características adicionais,tamanho médio, afinetar 8 folhas.	RS 6,30

102	4114	Und.	Grampo P/ grampeador 26/6 Grampo para grampeador, modelo 26/6, em embalagem com caixa com 5.000, em metal niquelado prateado, com proteção antiferrugem	RS 1,58
107	154	Und.	Lapiseira, 0,5 mm, com ponta em aço, corpo sextavado, confeccionado em material plástico resistente, com borracha.	RS 1,36
108	155	Und.	Lapiseira, 0,7 mm, com ponta em aço, corpo sextavado, confeccionado em material plástico resistente, com borracha.	RS 1,36
112	108	Und.	Livro Protocolo de correspondência, com 100 folhas, formato 160 x 220 mm, capa dura de papelão 0,705 g, na cor preta e azul.	RS 3,23
113	70	Cx.	Massa para modelar, contendo 06 unidades a caixa, em cores diversas.	RS 0,73
119	6025	Pet.	Papel A4, 210 x 297 mm, gramatura 75 gr/m², pacote com 500 folhas.	RS10,90
120	901	Pet.	Papel A4 Papel tamanho A4 Papel A4 – pacote com 500 folhas	RS 10,90
122	150	Fls.	Papel camurça colorida	RS 0,29
124	13	Cx.	Papel carbono, para escrita manual, cor azul, tamanho A4, uma face, caixa com 100 folhas.	RS 10,23
125	4	Cx.	Papel carbono, para escrita manual, cor preto, tamanho A4, uma face, caixa com 100 folhas.	RS 10,20
128	100	Fls.	Papel celofane, largura 52, espessura 0,07, aplicação, plastificação em gráfica, apresentação bobina, peso aproximado 38.	RS 0,36
134	80	Fls.	Papel laminado, em cores variadas, comprimento 73, largura 55.	RS 0,44
144	117	Und.	Pasta plastificada com elástico, com 06cm, nas cores branco e preto.	RS 0,64
145	335	Und.	Pasta poliondas, para papel, aproximadamente 3,5 cm x 25 cm x 32,5 cm, com elástico.	RS 1,35
147	14	Cx.	Percevejo latonado, caixa com 100 unidades.	RS 0,73
149	107	Und.	Perfurador para papel, com 02 furos, estrutura metálica em pintura epóxi e cromado, capacidade para perfurar, no mínimo, 20 folhas (referência papel 75gr).	RS 8,40
158	36	Und.	Pincel para pintura artística, número 02-412	RS 0,80
159	14	Und.	Pincel para pintura artística, número 06-412	RS 0,84
160	60	Und.	Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor azul.	RS 1,12
161	48	Und.	Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor preta.	RS 1,12
162	50	Und.	Pincel quadro branco / magnético, material plástico, material ponta feltro, tipo carga descartável, cor vermelho.	RS 1,12
163	14	Und.	Pistola grande, quente, profissional.	RS 7,88
166	505	Und.	Régua 30cm, em acrílico transparente, grossa, milimetrada.	RS 0,17
169	133	Und.	Tesoura, 20 cm, multiuso, em aço inox, cabo em polipropileno preto.	RS 2,38

PRAZO: 6 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 22/07/2009.

SIGNATÁRIOS: Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Cristiano Tessinari Modesto – Procurador Adjunto do Município, Francisco Alves de Athayde Neto – Controlador Interno de Governo, José Carlos Moysés Turbay – Secretário Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos e Jorge Antônio de Oliveira Júnior – Representante da Contratada.

PROCESSO: Prot nº 9035/2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

RELATÓRIO

ASSUNTO: ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E RECURSOS RECEBIDOS E AS APLICAÇÕES NAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NO MÊS DE JUNHO DE 2009.

O Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, em obediência ao que preceitua o artigo 143, caput, da Constituição do Estado do Espírito Santo, combinado com o artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, torna pública a arrecadação de tributos e recursos recebidos e as aplicações nas unidades orçamentárias no mês de junho de 2009.

Cachoeiro de Itapemirim, 17 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

ANEXO I	
ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E RECURSOS RECEBIDOS - JUNHO DE 2009	
RECEITAS	RS
Imposto Predial	454.256,00
Imposto Territorial Urbano	60.150,08
IRRF s/ Rendimentos de Trabalho	301.726,55
Imposto s/ Transm Bens Imóveis - ITBI	191.118,78
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	1.120.783,64
Taxa Control.Fiscal.Ambiental	16.911,26
Taxa Fisc Loc Inst e Funcionamento	57.561,76
Taxa de Fiscalização de Anúncio	10.194,60
Taxa Fisc.Obra Particular	3.035,68
Taxa Apreens.Depos.Liber.Animais	125,00
Taxa Lic.Fisc.Obra Logradouro - Lei 5921/2006	122,38
Contr p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	404.308,60
Aluguéis	189,79
Dividendos	0,00
Rendimentos FUNDEF/FUNDEB	34.046,33
Rendimentos Fundo Saúde	(298,25)
Rendimentos MDE	18,64
Rendimentos CIDE	386,24
Remun Outros Dep Rec Vinculados	51.129,06
Remun Dep de Rec Não Vinculados	17.719,70
Serviços de Vistoria de Veículos	350,54
Serviços de Fotocópias/Cópias Heliográficas	0,00
Outros Serviços Administrativos	15.787,14
Serviços Recreativos e Culturais	3.722,09
Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	4.210,43
Serviços de Registro do Comércio	14.164,23

Servilo de Abate de Animais	5.688,00
Serviços de Cemitérios	2.194,06
Serviços Pertinentes a Obras em Geral	22.325,52
Serviços Pertin Ativ Com e Outros de Fins Econômicos	4.758,83
Serviços Pertin a Higiene e a Saúde Pública	0,00
Serviços Diversos	3.677,49
Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.037.508,25
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB no FPM	(607.501,57)
Cota Parte Imp s/ a Propriedade Territorial Rural	1.780,02
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB no ITR	(355,99)
Transferências Fin Estados e Municípios LC 87/96	57.553,49
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB na LC 87/96	(11.510,69)
Demais Transferências da União	1.362.856,54
Compens.Financ.Extra.Min. - CEFEM	27.695,57
Cota - Parte Fundo Espec. Petróleo - FEP	68.650,88
Piso de Atenção Básica	477.062,83
Vigilância Sanitária	14.122,96
Programa de Saúde de Família	0,00
Programa Agentes Comunitários	169.071,00
Farmácia Popular	10.000,00
Combate a Endemias	79.102,94
Combate a DST/AIDS	8.400,00
Aquisição de Medicamentos	66.723,40
Especialidade SUS	456.930,01
Projeto de Expansão e Consolidação do [Programa] Saúde da Família - PROESF	0,00
Farmácia Básica	106.862,19
Programa de Saúde Bucal	22.000,00
Centro Especialidades Odontológicas	15.400,00
Cerest/Renast	0,00
Programa Tuberculose	0,00
Casa de Apoio	0,00
Laboratório Reginal de Próteses Dentárias - LRPD	0,00
Saúde do Idoso	0,00
PSF - Incentivo à Novas Equipes	0,00
Programa Saúde Bucal - Incentivo à Novas Equipes	0,00
Campanha Rubéola	0,00
Programa Humanização Pré-Natal/Nascimento	0,00
A Transportar	8.162.716,00

Transporte	8.162.716,00
Programa Câncer Colo Uterino	0,00
Fundo Alimentação Nutrição - FAN	0,00
Manutenção NASF	0,00
NASF - Incentivo à Novas Equipes	0,00
Programa de Imunização	0,00
Demais Transferências de Recursos do SUS	0,00
Ação Continuada	29.560,56
Programa Erradicação Trabalho Infantil - PETI	4.500,00
Bolsa Família - Serviço	10.269,28
Sentinela - Serviço	3.100,00
PAIF-CRAS	9.000,00
Medidas Sócio Educativas	4.068,00
Pró Jovem	0,00
Outras Transferências da União	0,00
Transferência Salário Educação	220.104,54
Prog.Dinheiro Direto Escola - PDDE	0,00

Alimentação Escolar - PNAE	108.324,80
Alimentação Escolar - PNAC	0,00
Apoio Transporte Escolar - PNATE	7.034,24
Educação Inclusiva Diversidades	0,00
Alimentação Escolar - Quilombola	0,00
Outras Transferências FNDE	0,00
Participação no ICMS	5.632.260,19
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB no ICMS	(1.126.474,17)
Participação no IPVA	1.023.206,73
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB no IPVA	(204.641,24)
Cota Parte IPI/Exportação	83.232,26
Dedução p/ FUNDEF/FUNDEB no IPI/Exportação	(13.866,50)
Cota Parte Contr Int Dom Eco - CIDE	0,00
Fundo p/ Redução Desigualdades Regionais	60.927,61
Transferência Rec Fun Manut Ensino - FUNDEF/FUNDEB	3.840.779,55
Outras Transferências Convênios União	0,00
Transporte Escolar	213.500,05
Outras Transferências Convênios Estado	0,00
Transferências de Convênios com Instituições Privadas	0,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	25.758,74
Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Tributos	7.115,37
Multas Previstas na Legislação de Trânsito	16.196,11
Outras Restituições	44.594,23
Receita da Dívida Ativa - IPTU	207.340,15
Receita da Dívida Ativa - ISS	56.826,54
Receita da Dívida Ativa Outros Tributos	38.498,96
Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Outras Receitas	82.751,48
Rec Administração Teatro - LEI - 4766/99	0,00
Recurso Fundo Municipal de Desenvolvimento	0,00
Fundo PGM	0,00
Outras Receitas	89.317,88
Operação de Crédito BNDES - PMAT I	0,00
Operação de Crédito BNDES - PMAT II	0,00
Operação de Crédito BNDES - PNAFM	0,00
Operação de Crédito BNDES - Nosso Bairro	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00
Outras Transferências de Convênios União	100.000,00
Outras Transferências de Convênios Estado	0,00
Transferências Convênios Instituições Privadas	0,00
Outras Receitas	0,00
TOTAL	18.736.001,36

FONTE: Balancete do Município - junho/2009

ANEXO II	
APLICAÇÃO NAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS - JUNHO DE 2009	
UNIDADES	RS
Câmara Municipal	0,00*
Procuradoria Geral	109.592,61
Fundo da Procuradoria Geral do Município	0,00
Controladoria Geral do Município	18.128,20
Secretaria Municipal de Governo	301.337,00
Secretaria Municipal de Comunicação Social	197.311,55
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito	1.544,00

Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	34.896,00
Secretaria Municipal de Fazenda	1.530.961,07
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	466.524,62
Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim	0,00
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Cachoeiro de Itapemirim	31.871,25
Conselho Tutelar de Cachoeiro de Itapemirim	0,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	37.740,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	184.680,05
Secretaria Municipal de Arte e Cultura	234.542,35
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	32.812,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	1.686.538,50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	3.612,60
Fundo Municipal de Saúde	3.162.430,04
Secretaria Municipal de Educação	654.944,39
Desenvolvimento do Ensino	2.463.381,52
Fundo Municipal de Educação	5.049.071,17
Secretaria Municipal de Administração, Logística e Serviços Internos	3.855.448,06
Secretaria Municipal de Interior	0,00
Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação	0,00
Secretaria Municipal de Obras	23.272,25
Departamento de Obras	0,00
TOTAL	20.080.639,23

FONTE: Balancete do Município - junho/2009

*Nota: a Câmara Municipal não informou o valor do mês de junho de 2009.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 055/2009

Processo nº. 10382/2009

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza e Higienização

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor das empresas vencedoras:

Distribuidora Centro Sul Ltda.	RS	26.779,81
Tecnoclean Comercial Ltda.	RS	7.708,75
Multipel Comércio de Papeis e Embalagens Ltda.	RS	4.066,17

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	38.554,73
--------------------------------------	-----------	------------------

Cachoeiro de Itapemirim, 10 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 059/2009

Processo nº. 13638/2009

Objeto: Contratação Empresa Transporte Coletivo Passageiros

para transporte alunos da Rede Municipal de Ensino e servidores da SEME (Secretaria Municipal de Educação) para participação de eventos educacionais no Município, Est. do Espírito Santo e outros Estados

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor da empresa vencedora:

Reis Transportes Ltda. (Valor por Km. Rodado – dentro do Espírito Santo)	RS	3,60
--	----	------

Reis Transportes Ltda. (Valor por Km. Rodado – fora do Espírito Santo)	RS	3,05
--	----	------

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 10 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 071/2009

Processos nº.s 15535 e 18108/2009.

Objeto: Aquisição de Medicamentos

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor das empresas vencedoras:

Prolifarma Farmacêutica Ltda.	RS	1.530,00
Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	RS	3.440,00
Dimaci Material Cirúrgico Ltda.	RS	19.593,80
Aglon Comércio e Representações LTDA	RS	1.659,00
Costa Camargo Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	RS	7.025,30
Hospidrogas Com. de Prod. Hospitalares Ltda.	RS	6.885,10

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	40.133,20
--------------------------------------	-----------	------------------

Cachoeiro de Itapemirim, 10 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 075/2009

Processos nº.s 15541 e 15878/2009

Objeto: Aquisição de Medicamentos

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor das empresas vencedoras:

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	RS	25.715,80
---------------------------------------	----	-----------

Farmaconn Ltda.	RS	7.540,35
Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.	RS	14.881,00
Dimaci Material Cirúrgico Ltda.	RS	27.290,00
Ciamed Distribuidora de Medicamentos LTDA	RS	5.880,00
Geolab Indústria Farmacêutica LTDA	RS	18.970,00
Costa Camargo Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	RS	8.734,00
Hospidrogas Com. de Prod. Hospitalares Ltda.	RS	5.250,00
Santisa Laboratório Farmacêutico S/A.	RS	5.400,00

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	119.661,15
-------------------------------	----	------------

Cachoeiro de Itapemirim, 15 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 082/2009

Processo nº. 7660/2009

Objeto: Aquisição de Material de Processamento de Dados (Impressora e Notebook)

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor da empresa vencedora:

João Batista de Miranda Informática-ME.	RS	4.500,00
---	----	----------

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	4.500,00
-------------------------------	----	----------

Cachoeiro de Itapemirim, 13 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 083/2009

Processo nº. 13680/2009

Objeto: Aquisição Material Processamento Dados

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor das empresas vencedoras:

Nikko Suprimentos de Informática Ltda - ME	RS	575,00
João Batista de Miranda Informática-ME.	RS	3.795,00
Agnes Comercial Ltda	RS	4.042,00
M.A.L.E. Comércio e Representações Ltda.	RS	3.093,50

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	11.505,50
-------------------------------	----	-----------

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 085/2009

Processos nº.s 16991, 17101 e 18113/2009

Objeto: Aquisição de Gás Engarrafado, Oxigênio e Ar Comprimido (recarga)

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor da empresa vencedora:

IBG Industria Brasileira de Gase Ltda	RS	20.320,00
---------------------------------------	----	-----------

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	20.320,00
-------------------------------	----	-----------

Cachoeiro de Itapemirim, 14 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Edital de Pregão nº. 086/2009

Processos nº.s 15544 e 19707/2009

Objeto: Aquisição de Cestas Básica

Tendo o processo licitatório obedecido os trâmites legais, e principalmente as regras da Lei Federal nº. 10.520/20 e 8.666/93, e estando de acordo com a adjudicação do pregoeiro desta Prefeitura Municipal, HOMOLOGO os Produtos, autorizando o empenho em favor da empresa vencedora:

GS Mercatto Ltda.	RS	52.632,00
-------------------	----	-----------

TOTAL DO PROCESSO LICITATORIO	RS	52.632,00
-------------------------------	----	-----------

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de julho de 2009

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 087/2009
REEDICAÇÃO

O Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, torna público a realização de Licitação, na modalidade **Pregão Presencial**, conforme as Leis 10.520/02, 8.666/93, Aquisição de Materiais de Áudio, Vídeo e Foto (Filme Raio X e Revelador). Os envelopes deverão ser entregues até o início da Sessão Pública, que ocorrerá às **09:00 horas do dia 04 de Agosto de 2009**, na Sede da Gerência de Apoio às Licitações, na Praça Jerônimo Monteiro, 93, 2º andar, Ed. Center Shop – Centro, Cachoeiro de Itapemirim. Credenciamento **das 08:30 às 09:00 horas, no mesmo dia e local**. Edital completo à disposição na Sede da Gerência de Apoio às Licitações e na home page: www.cachoeiro.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 21 de Julho de 2009.

GEORGE MACEDO VIEIRA.
Pregoeiro Oficial – CML

PREGÃO Nº 096/2009

RETIFICAÇÃO

O Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, torna público aos interessados que **retificou o Edital** de Pregão Presencial nº 096/2009, objetivando Aquisição de Medicamentos. Edital completo e retificação à disposição na Sede da Gerência de Apoio às Licitações e na home page: www.cachoeiro.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 21 de Julho de 2009.

GEORGE MACEDO VIEIRA.
Pregoeiro Oficial – CML

IPACI

PORTARIA Nº 101/2009

O Presidente Executivo do IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, no uso de suas atribuições delegadas através das Lei nº. 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, tendo em vista o que consta do processo de protocolo nº 288/2009 de 22/05/2009,

RESOLVE:

Aposentar compulsoriamente, o servidor municipal Francisco Xavier, Vigia IB 02 D, lotado na Secretaria Municipal de Educação-SEME, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, fixados em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), a partir de 15 de maio de 2009, nos termos do Artigo 40, § 1º, Inciso II, da Constituição Federal/88 c/c o Artigo 29, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 5724/2005.

Cachoeiro de Itapemirim, 10 de junho de 2009.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo do IPACI

PORTARIA Nº 107/2009

O Presidente Executivo do IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, no uso de suas atribuições delegadas através das Lei nº. 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, tendo em vista o que consta do processo de protocolo nº 12707/2002 de 15/07/2002 e 15931/2009 12/05/2009,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria, a servidora municipal Maria do Carmo de Souza Emerenciano Pereira, Professor de Educação Básica PEB-B IV V B 10 L, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Seme, com proventos integrais ao tempo de contribuição, fixados em R\$ 2.168,95(dois mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos), a partir de 31 de maio de 2009, nos termos do Artigo 6º, Incisos I, II, III e IV, da EC nº 41/03 c/c Art. 40, § 5º, da CF/88 (redação atual).

Cachoeiro de Itapemirim, 17 de junho de 2009.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo do IPACI

PORTARIA Nº 113/2009

O Presidente Executivo do IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, ES, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº. 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, tendo em vista o que consta do processo de protocolo nº 10551/2009, de 26/03/2009,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria voluntária por idade ao servidor municipal DELSON DE SOUZA LEAL, Gari I A 01 D, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SEMSUR, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, fixados em R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), a partir de 30 de junho de 2009, nos termos do Artigo 40, § 1º, Inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal/88 c/c o Artigo 31, da Lei Municipal nº 5724/2005.

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de julho de 2009.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo do IPACI

AGERSA

PORTARIA Nº 015/2009

O Diretor Presidente da AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4798/99, resolve:

Art. 1º - Nomear os respectivos cargos em comissão com vínculo na AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, os servidores abaixo relacionados, a partir de **01 de Julho de 2.009**, fixando-lhe o vencimento mensal estabelecido em Lei.

SERVIDOR	CARGO
Iracema Donateli Paulino	Analista de Regulação
Fabiana dos Santos Carias	Assistente Operacional de Serviços

Cachoeiro de Itapemirim- ES, 01 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SILVA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 016/2009

O Diretor Presidente da AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4798/99, resolve:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 15/2009, tornando-a sem efeito;

Art. 2 - Nomear os respectivos cargos em comissão com vínculo na AGERSA – Agência Municipal de Regulação dos Serviços

Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim-ES, os servidores abaixo relacionados, a partir de **01 de Julho de 2.009**, fixando-lhe o vencimento mensal estabelecido em Lei;

Art. 3º - A nomeação da servidora FABIANA DOS SANTOS CARIAS, pelo período de 01 de julho de 2009 a 26 de outubro de 2009, em substituição a servidora JULIANA LIMA DA COSTA que encontra-se em licença maternidade no referido período.

SERVIDOR	CARGO
Itacema Donateli Paulino	Analista de Regulação
Fabiana dos Santos Carias	Secretária

Cachoeiro de Itapemirim- ES, 01 de Julho de 2009.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA SILVA
Diretor Presidente

DATA CI

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata de Nº 22 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reuni extraordinariamente aos onze dias do mês de setembro de dois mil e oito, às quinze horas e quarenta minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência do Sr. Luiz Mota de Souza. Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros: 1. Luiz Mota de Souza (Presidente) titular da SEMPLÓ; 2. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLÓ; 3. Manoel Carlos Amboss, titular da ACISCI; 4. Sonia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia; 5. Maria Luiza Jaccoud de Andrade, titular do CREA; 6. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 7. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese; 8. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural; 9. Aguinaldo José Grillo, suplente do SINDIMÁRMORE; 10. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM; 11. Luis Carlos Tófano, suplente do CRECI; 12. Ângela de Paula Barboza, titular da Câmara Municipal; 13. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 14. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS; 15. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da SEME; 16. Hermínia Maria Costalonga Baptistini, titular da DEFISC; 17. Paulo Henrique Thiengo, titular da SEMAC; 18. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC; 19. Marco Antônio Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER; 20. Nilton Costa Filho, suplente da SEMMA; Ausentes: 1. OAB; 2. SINDIROCHAS; 3. ADESA; 4. FAMMOPOCI; 5. Centro Universitário São Camilo; 6. Instituto Jones dos Santos Neves; 7. Secretaria Estadual de Articulação com os Municípios; 8. CEFETES. Câmara Técnica - Presentes: 1. Milton Assad, titular e Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Zenah Vieira Romano, suplente do CEFETES; 3. Jairo de Freitas Di Giorgio, titular e Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA. Ausente – Câmara Técnica: AABRI. Registra-se a presença do Dr. Marco Aurélio, da PGM. Havendo quorum, o Presidente saúda a todos, declara aberta a reunião anunciando a seguinte pauta: a) Aprovação da Ata de Nº 21; b) Leitura de Ofício do CEFETES; c) Resoluções; d) Leitura da Minuta de Lei das ZEIS; Prosseguindo, Sr. Luiz confirma com todos os presentes o recebimento e a leitura da Ata Nº 21 encaminhada via e-mail. Todos confirmaram a leitura da mesma. Após a aprovação da Ata Nº 21, foi feita leitura de um ofício do CEFETES encaminhando representantes para participar do CPDM. Dando continuidade, o Sr. Luiz ressaltou que estavam em circulação na Plenária para colher assinatura dos presentes,

algumas Resoluções encaminhando Minuta de alterações do PDM. A seguir o Sr. Sílvio iniciou a apresentação/leitura da Minuta do Projeto de Lei referente as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Antes de abrir para discussão Sr. Luiz solicitou aos presentes sobre a aprovação parcial da proposta das ZEIS ou a leitura de todo o documento para discussão e aprovação ao final da apresentação. Todos concordaram em deixar para o final da leitura. Sr. Luiz sugere que qualquer dúvida seja anotada para ser indagada ao final da leitura. Após a leitura da Minuta que dispõe sobre as ZEIS, questionou-se o entendimento da palavra sub-utilizado no § 1º do Art. 4º da referida minuta. Dr. Marco Aurélio representante da PGM, sugeriu retirar o § 1º do Art. 4º - segundo ele, é polêmico. Justificou que o município tem outros meios jurídicos de resolver tal situação. Sr. Luiz sugere a supressão do § 1º do Art. 4º. Votação: 16 votos a favor. Sr. Sílvio explicou detalhadamente o que são as ZEIS 1, 2, 3 e 4 para entendimento de todos. Sílvio explicou a classificação das ZEIS e disse que cada ZEIS depois terá sua lei específica. Os outros parágrafos restantes do Art. 4º, ou seja, § 1º e § 2º foram aprovados. Raquel, representante da Santa Casa tem a proposta de aumentar para 30 graus ao invés de 30%. Ressaltou que 30% em Cachoeiro é plano. Sílvio destaca que hoje em Cachoeiro tem previsto apenas 02 (dois) projetos de ZEIS. Dr. Marco Aurélio Coelho ressaltou que se for alterar de percentual para graus terá que alterar o PDM. Decidido então manter o percentual de 30% para não mexer no PDM. Aprovado por unanimidade. Quanto ao § 2º inciso IV do Art 7º- “não será permitido desmembramento ou remembramento (unificação) de lotes nas ZEIS”, Sílvio explicou sobre a preocupação do município com relação a esse Artigo. Após entendimentos, ficou decidido: 16 (dezesesseis) votos favoráveis a não modificar o § 2º, inciso IV do Art. 7º- Aprovado. Acrescentado 02 (dois) nomes de bairros nas ZEIS. Bairro Elpidio Volpini e Boa Vista a ser declarado como ZEIS. Nenhuma objeção dos presentes. Entrou em discussão o prazo para a PMCI legalizar as ZEIS. No § 1º do Art. 11 - 01 (um) ano para legalizar os Planos Urbanísticos Específicos das ZEIS. Paulo Thiengo acha pouco tempo. Sugestão: 2 (dois) anos prorrogáveis por mais 2 anos. Votação: 16 (dezesesseis) votos a favor. Passou-se para a análise do Art. 13 da ZEIS - “Cada unidade familiar somente poderá ser beneficiado uma única vez em projetos de ZEIS”. Levantou-se o questionamento sobre a forma como seria para análise da escolha da unidade familiar. Sílvio explicou sobre o plano de regularização, ou seja, há um levantamento Social com envolvimento de Assistente Social, da comunidade, parte técnica, área jurídica – verificação de áreas, se é particular ou pública. Após discussões ficou definido: 17 (dezesete) votos a favor – Aprovado a Art. Nº 13 e seus parágrafos. Ao analisar o anexo - Tabela das ZEIS – Goreth informou que o cálculo considerado foi de 125 metros quadrados, o tamanho mínimo. Pensou-se nesse tamanho, com afastamento de frente, procurando dar uma qualidade de vida melhor para a população. Foram entregues cópia de 02 (dois) modelos de casas populares para os presentes visando análise das medidas propostas para o terreno e a situação pensada. Sugestão final após discussão: 10 metros de testada e tamanho mínimo de 8 metros nas laterais (qualquer um dos lados – lateral e fundos). Votação: 16 (dezesesseis) votos a favor - Aprovado. Conclusão da Minuta de Lei. Sr Luiz questiona se a Minuta de lei poderá ser objeto de audiência pública. Votação para audiência pública para as ZEIS – 01 (um) voto a favor e 14 (quatorze) votos contra. Sr. Luiz informa acerca do Regimento Interno, que o mesmo ficará para a próxima reunião do CPDM do dia 25/09/08. Vera Lúcia da TRAMIRIM sugere um GT – grupo de trabalho para o regimento. Dr. Jairo, componente da Câmara Técnica, representante do CREA pediu a palavra para fazer a leitura de um manifesto dos representantes da Câmara Técnica e solicitou que o mesmo fosse averbado na Ata da reunião de hoje.

Passou-se então para a leitura do presente manifesto que se segue: Manifesto da Câmara Técnica. A Câmara Técnica vem através dos seus membros, arquitetos e profissionais da área manifestar sua posição perante este Conselho do Plano Diretor Municipal. 1 – A Câmara Técnica com membro indicado pelo Conselho de Classe CREA-ES, manifesta sua posição perante este conselho, não detentora de voto e sim de parecer técnico, o Conselho com direito a voto, este sim pode liberar ou vetar os pareceres técnico, em benefício a toda população de nossa cidade. 2 – Todas as alterações propostas do PDM partiram da SEMPLO, e suas justificativas, a Câmara Técnica analisou e deu seu parecer quando solicitado. 3 – A Câmara Técnica foi convidada para participar da reunião para apresentação do parecer técnico sobre os projetos de ampliação dos Hospitais, não apresentado nenhum parecer e sim, todos os pareceres foram apresentados pela SEMPLO e membros do Conselho do Plano Diretor, sem nenhum conhecimento da Câmara Técnica. 4 – Foi apresentada também uma proposta de Lei que institui o Programa de Regularização de Obras, o PRO, aonde o projeto já chegou pronto, cópia do PRO de Vitória, comparado pela SEMPLO. A Câmara Técnica se opõe, na verificação dos valores a ser cobrado do contribuinte, não participando da instituição desta Lei. 5 – Considerando a responsabilidade deste Conselho (CPDM), na aprovação do PRO – Programa de Regularização de Obras, aprovado na reunião extraordinária de 04/09/08, onde os critérios de regularização de obras e projetos não tiveram o cuidado de análise da parte técnica na mesma proporção que da análise de valores. Sugerimos que o Conselho faça uma avaliação trimestral do andamento das regularizações, nos seguintes aspectos: a) Quanto à transparência das análises técnicas; b) Quanto à aprovação dos projetos e obras; c) Quanto à conduta dos profissionais envolvidos nas deliberações e aprovações dos processos; d) Que seja cumprida a Lei 5.194/66, quanto às atribuições profissionais para as devidas responsabilidades e transparências. 6 – A Câmara Técnica até o presente momento não recebeu nenhum processo, nem solicitação para análise e parecer técnico deste. 7 – Solicito que este manifesto faça parte da ATA do Conselho. O Conselheiro Higner Mansur solicitou que se contasse em ata que no manifesto não consta assinatura de ninguém. A Arquiteta Maria Luiza aproveitou a oportunidade para ler em Plenário a carta do Dr. Fioroti que disponibiliza a Inspeção de Cachoeiro de Itapemirim como Órgão responsável pela indicação de profissionais, conforme suas atribuições nos assuntos do CPDM. Após a leitura do manifesto e da carta, houve pronunciamento de vários Conselheiros referente ao papel da Câmara Técnica e a atuação da COMTEC. Todos foram ouvidos atentamente. O Presidente do CPDM Sr. Luiz Mota de Souza informou que essa Presidência já solicitou em outra oportunidade que o referido Cargo seja ocupado por representante da sociedade. Ressaltou a importância da Câmara Técnica no CPDM. A seguir o Presidente encerrou a presente reunião, destacando que para o próximo encontro do dia 25/09/08, a pauta será o papel da Câmara Técnica, o Regimento Interno do CPDM e a Lei que o instituiu. Nada havendo a tratar, às dezessete horas e cinquenta minutos encerra-se a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes. Cachoeiro de Itapemirim, 11(onze) de Setembro de 2008.

1. Luiz Mota de Souza (Presidente) titular:
2. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da SEME:
3. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão da SEMPLO:
4. Manoel Carlos Amboss, titular da ACISCI:
5. Sonia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia:
6. Maria Luiza Jaccoud de Andrade, titular do CREA:
7. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE:
8. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese:

9. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural:
10. Aguinaldo José Grillo, suplente do SINDIMÁRMORE:
11. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM:
12. Luis Carlos Tófano, suplente do CRECI:
13. Ângela de Paula Barboza, titular da Câmara Municipal:
14. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF:
15. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS:
16. Hermínia Maria Costalonga Baptistini, titular da DEFISC:
17. Paulo Henrique Thiengo, titular da SEMAC:
18. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC:
19. Marco Antônio Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER:
20. Nilton Costa Filho, suplente da SEMMA:
21. Milton Assad, titular:
22. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público:
23. Zenah Vieira Romano, suplente do CEFETES:
24. Jairo de Freitas Di Giorgio

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 23 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e oito**, às quinze horas e quarenta e cinco minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência do Sr. Luiz Mota de Souza. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Luiz Mota de Souza (Presidente) titular e Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO; 2. Dr. Higner Mansur titular e Dr. Marcelo Baliana Justo, suplente da OAB; 3. Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim; 4. Maria Luiza Jaccoud de Andrade, titular do CREA; 5. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 6. Vera Lúcia de Paz, titular e Edith Sousa da Rosa Caldara suplente da TRAMIRIM; 7. Luis Carlos Tófano, suplente de CRECI; 8. Mario César do Nascimento Moreira suplente da FAMMOPOCI; 9. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 10. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS; 11. Ana Maria Valane Melo titular da SEME; 12. Hermínia Maria Costalonga Baptistini, titular do DEFISC; 13. Cristhiane Nogueira de Faria Pereira, suplente da SEMAC; 14. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC; 15. Nilton Costa Filho, suplente da SEMMA; 16. Marco Antônio Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER. **Ausentes:** 1. ASCICI; 2. Diocese; 3. SINDIROCHAS; 4. Sindicato Rural; 5. SINDIMÁRMORE; 6. ADESA; 7. Centro Universitário São Camilo; 8. Câmara Municipal; 9. IJSN; 10. SEAM; 11. SEMGOV; 12. CEFETES. **Câmara Técnica-Présentes:** 1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Zenah Vieira Romano, suplente do CEFETES; 3. Jairo Freitas di Giorgio titular e Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA. **Ausente:** 1. AABRI. Havendo quorum, o Presidente, declara aberta a reunião anunciando a seguinte pauta: a) Aprovação da Ata de nº 22; b) Leitura de Ofício do DNIT; c) Assinaturas de Resoluções; d) Esclarecimento ao manifesto da Câmara Técnica. I) A ata de nº 22 não foi aprovada, será apreciada na próxima reunião, uma vez que o Conselheiro Dr. Higner constatou que o manifesto apresentado pela Câmara Técnica ao CPDM não foi assinado, e esse fato não consta na ata. Diante disso, Sr. Luiz convidou os membros da Câmara Técnica para assinarem o manifesto. Débora, representante suplente do Poder Público na Câmara Técnica, justificou sua não assinatura, pois não participou de discussões para a elaboração do manifesto. II) O Senhor Presidente fez a leitura de um ofício do DNIT enviado ao CPDM em 23/09/2008, assinado pelo Engº Supervisor da Unidade Local – Safra, Senhor Reginaldo Lírio Marelato. O referido ofício encaminha cópias da concepção final a nível de anteprojeto, do projeto executivo de engenharia para adequação de intercessão no entroncamento – Bairro Amarelo e Bairro Paraíso. O Senhor Presidente disse e a

conselheira Raquel confirmou que o DNIT continua com o projeto do elevado sem considerar as manifestações populares e as manifestações do CPDM e que o estudo de tráfego e outros estudos solicitados ao DNIT, ainda não foram encaminhados ao Conselho. Ficou decidido que esse assunto será debatido na próxima reunião. Dr. Marcelo e o Conselheiro representante da FAMMOPOCI solicitaram um cópia do projeto do viaduto apresentado pelo DNIT, o que foi deferido. III) O Sr. Luiz solicitou que os presentes assinassem as Resoluções e seus respectivos encaminhamentos. Informou que os projetos dos hospitais foram analisados e indeferidos pela PMCI à luz do PDM. A PMCI aguarda manifestação dos hospitais. IV) A equipe da SEMPLLO apresentou esclarecimentos ao Manifesto da Câmara Técnica, como segue:

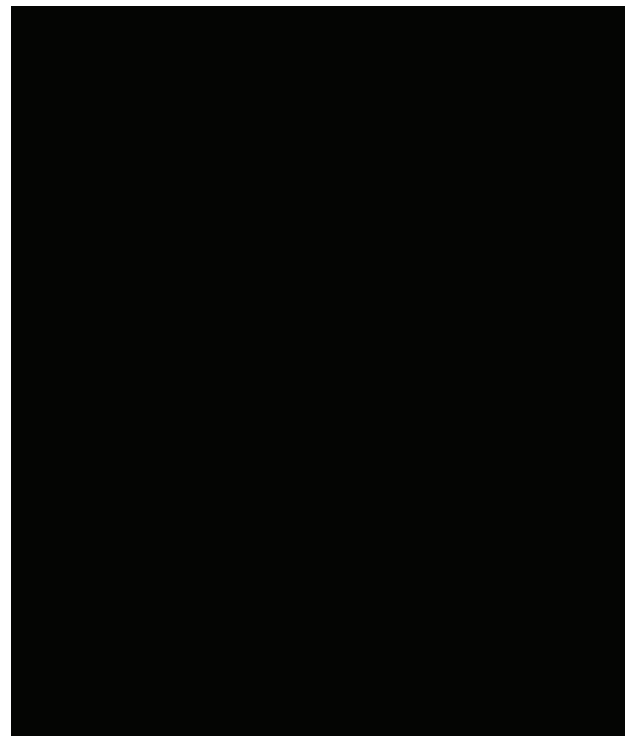
1 - A Câmara Técnica com membro indicado pelo Conselho de Classe CREA-ES, manifesta sua posição perante este conselho, não detentora de voto e sim de parecer técnico, o Conselho com direito a voto, este sim pode liberar ou vetar os pareceres técnico, em benefício a toda população de nossa cidade.

O artigo 37 do PDM (Lei n.º 5890/06) criou o Conselho, instituindo-o como órgão consultivo e deliberativo, composto por 14 representantes do Poder Público indicados pelo Chefe do Poder Executivo e 14 representantes da Sociedade Civil estes, eleitos em Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano. Em 14 de junho de 2006, no auditório do CMU, foi realizada a Conferência das Cidades, convocada pela Prefeitura Municipal, por ordem do Ministério das Cidades. Naquela ocasião, realizou-se uma votação aberta sendo eleitas 14 entidades da Sociedade Civil, as quais comporiam junto com Órgãos Públicos o Conselho do CPDM. Com as entidades que não foram eleitas formou-se uma lista de espera para assumirem em caso de alguma desistência. Logo, o Conselho foi escolhido em votação democrática para representar a cidade. O CREA foi uma das entidades eleitas e hoje através de seu representante tem voz e voto nas reuniões. Conforme o artigo 10 da Lei n.º 6045/07 o CPDM será composto pelo Plenário, Mesa Diretora, Secretário Executivo, podendo ainda serem criadas Câmaras e Comissões Técnicas de caráter permanente ou provisórias. O Plenário, a Mesa Diretora, o Secretário Executivo, as Comissões e os Grupos de Trabalho são formados por Conselheiros do CPDM. Aos Conselheiros, são atribuídas, dentre outras, as seguintes funções: Art. 1º - São atribuições do Conselho do Plano Diretor Municipal (CPDM), além de outras que a lei estabelecer: I - Acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação; II - Analisar, propor e aprovar eventuais alterações da Lei do Plano Diretor antes de serem submetidas à aprovação da Conferência Municipal de Desenvolvimento; III - Aprovar e acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano e rural, inclusive os planos setoriais; IV - Analisar e aprovar projetos de lei de interesse da política urbana e rural, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal; V - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos programas e execução dos projetos custeados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento; VI - Promover a integração com os Municípios vizinhos, visando incrementar o desenvolvimento regional; VII - Promover programas que tenham por objetivos orientar e educar os cidadãos, através de todos os meios de comunicação; VIII - Avaliar e apurar as prioridades das ações emanadas das conferências municipal, estadual e nacional, observando as disposições legais; IX - Propor a criação de câmaras técnicas e comissões permanentes e provisórias; X - Discutir e aprovar os Planos Diretores Setoriais; XI - Discutir e aprovar o Plano Plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais de forma a assegurar a implantação do PDM; XII - Deliberar e administrar a dotação orçamentária específica do CPDM. Como se pode observar do inc. o inc. IX do citado artigo, compete ao Conselho criar Câmaras Técnicas e Comissões, sendo, portanto esse dois órgãos a ele subordinados. A diferença que existe entre elas é que as Comissões são formadas por Conselheiros, já as Câmaras Técnicas são formadas por pessoas escolhidas pelo CPDM e que dele não fazem parte. A Câmara Técnica tem seu próprio Regimento Interno que estabelece as seguintes finalidades e

atribuições: Art. 4º - A Câmara Técnica Permanente do CPDM terá como finalidade: I - orientar os procedimentos técnicos a serem utilizados com vistas à consolidação de informações e manifestação de posicionamentos referentes ao cumprimento das disposições legais que ensejaram a implantação do PDM; II - manifestar-se frente ao CPDM, no sentido de contribuir para o controle social sobre as políticas de desenvolvimento urbano; III - observar e zelar pelas informações do PDM; IV - apresentar relatório dos processos analisados; V - apresentar Pareceres Técnicos e questionamentos propostos pelo CPDM. Art. 9º - São atribuições dos membros: I - participar das reuniões; II - votar e ser votado nos pleitos para determinar o coordenador; III - participar de grupos e comissões das matérias em que a Câmara Técnica Permanente for solicitada; IV - participar das discussões da Câmara Técnica; V - propor, conjuntamente, ao coordenador a convocação de reunião de caráter extraordinário, na forma deste Regimento; VI - criar, quando necessário, Comitês Técnicos Temporários para deliberar sobre assuntos específicos; VII - participação, de no mínimo 2 (dois) membros da Câmara Técnica de Desenvolvimento Urbano, nas reuniões do CPDM como ouvinte, com direito a voz e não a voto. A Câmara Técnica Permanente de Desenvolvimento Urbano é um órgão criado pelo CPDM para lhe auxiliar em questões técnicas, não sendo constituída por membros do CPDM. Conforme o inc. VII, do artigo 9º do seu próprio regimento, ela tem direito de participar das reuniões e de se manifestar sempre que entender necessário, não tendo, no entanto, direito a votar, direito este que é exclusivo dos Conselheiros. A Câmara Técnica é composta por quatro Entidades, sendo duas do Poder Público e duas da Sociedade, quais sejam:

Entidades	Representantes
Prefeitura Municipal	Titular: Milton G. Assad Suplente: Débora Maria Moura
CEFETES	Titular: Patricia de Almeida Feitosa Suplente: Zenas Vieira Romano
CREA	Titular: Jairo de Freitas Di Giorgio Suplente: Gloria Maria M. de O. Assis
AABRI	Titular: Priscila Ringuier Suplente: Maria Luzia Mastella

Para melhor esclarecer, vejamos o organograma do Conselho do Plano Diretor Municipal:



2 - Todas as alterações proposta do PDM partiram da SEMPLÓ, e suas justificativas, a Câmara Técnica analisou e deu seu parecer quando solicitado.

As propostas apresentadas pela SEMPLÓ são fruto do trabalho diário com o PDM, da análise de processos, de questionamentos de contribuintes, dos profissionais que vêm até nós e também de servidores de outras Secretarias e Departamentos, como a SEMFA, DEFISC e Posturas. Com isso, a SEMPLÓ está, automaticamente, em constante revisão e atualização do PDM, buscando sempre atender os anseios da sociedade. O que a SEMPLÓ faz é elaborar as propostas e passá-las ao CPDM, que pode concordar votando pela alteração do PDM ou refutá-las. Caso os Conselheiros necessitem de esclarecimentos técnicos têm eles autonomia para solicitarem à Câmara Técnica as explicações que se fizerem necessárias. Mesmo porque, nos termos do artigo 399 do PDM, “o Plano Diretor Municipal poderá ser alterado, mediante proposta do Poder Executivo, ouvido o Conselho do Plano Diretor Municipal”. Além disso, a Câmara Técnica, conforme o artigo 4º, inc. II de seu próprio Regimento tem o dever de se manifestar frente ao CPDM, no sentido de contribuir para o controle social sobre as políticas de desenvolvimento urbano e observar e zelar pelas informações

3 - A Câmara Técnica foi convidada para participar da reunião para apresentação do parecer técnico sobre os projetos de ampliação dos Hospitais, não apresentado nenhum parecer e sim, todos os pareceres foram apresentados pela SEMPLÓ e membros do conselho do Plano Diretor, sem nenhum conhecimento da Câmara Técnica.

A SEMPLÓ, primeiramente, fez uma apresentação técnica do procedimento de revisão do PDM, no que diz respeito aos índices urbanísticos e zoneamento. Em seguida, apresentou análise do projeto do Hospital Evangélico protocolado na PMCI, à luz do PDM. Os pareceres apresentados foram realizados pela Comissão de Sistema Viário e Trânsito do CPDM, Comissão esta, que conforme regimento interno do CPDM, é formada por Conselheiros eleitos pelo Plenário, nos moldes do artigo 12, do Regimento Interno, quais sejam: Neila, Carlos Amboss, Raquel e Marcelo. Art. 12 - A critério do Plenário, poderão ser criadas Comissões inter-setoriais, setoriais e Grupos de Trabalho em caráter permanente ou transitório, que terão caráter complementar à atuação do CPDM, articulando e integrando órgãos, instituições e entidades que geram os programas, suas execuções, e os conhecimentos e tecnologias afins, recolhendo-os e processando-os, visando a produção de subsídios, propostas e recomendações ao Plenário do CPDM. Sendo assim, a Comissão, visando a produção de subsídios, convidou, conforme lhe faculto o citado artigo 12, a Citágua, a Defesa Civil (Conselheiro Sinval), a Secretaria de Trânsito, o Coordenador do Sistema Viário do PDM e o Arquiteto Urbanista Alexandre Baltazar (Conselheiro), para participarem da análise e parecer quanto à localização do Hospital Evangélico; análise esta apresentada na reunião do dia 26 de junho de 2008. A Câmara Técnica foi convidada para a mencionada reunião em razão do disposto no artigo 9º, inc. VII de seu regimento, que dispõe: haverá “participação, de no mínimo 2 (dois) membros da Câmara Técnica de Desenvolvimento Urbano, nas reuniões do CPDM como ouvinte, com direito a voz e não a voto”. Em sendo assim, tinha a Câmara Técnica a faculdade de se manifestar sobre o assunto a qualquer tempo, caso desejasse.

4 - Foi apresentada também uma proposta de Lei que institui o Programa de Regularização de Obras, o PRO, aonde o projeto já chegou pronto, cópia do PRO de Vitória, comparado pela SEMPLÓ. A Câmara Técnica se opõe, na verificação dos valores a ser cobrado do contribuinte, não participando da instituição desta Lei.

Sr. Luiz afirmou com relação aos valores que não caberia análise pela Câmara técnica por se tratar de uma questão política e não técnica; que o PRO foi discutido em duas reuniões e antes que se iniciasse a votação, perguntou aos conselheiros se era

necessário que a Câmara Técnica analisasse a minuta de lei, no que foi respondido pelos conselheiros que não. Sr. Luiz afirmou, ainda, que Vitória tem um programa de regularização de obras em funcionamento e, que tendo em vista a experiência já alcançada por aquela cidade, o nosso PRO foi inspirado pelo PRO da referida cidade..

5 - Considerando a responsabilidade deste Conselho (CPDM), na aprovação do PRO - Programa de Regularização de Obras, aprovado na reunião extraordinária de 04/09/08, onde os critérios de regularização de obras e projetos não tiveram o cuidado de análise da parte técnica na mesma proporção que da análise de valores. Sugerimos que o Conselho faça uma avaliação trimestral do andamento das regularizações, nos seguintes aspectos:

- a) Quanto à transparência das análises técnicas;
- b) Quanto à aprovação dos projetos e obras;
- c) Quanto à conduta dos profissionais envolvidos nas deliberações e aprovações dos processos;
- d) Que seja cumprida a Lei 5.194/66, quanto às atribuições profissionais para as devidas responsabilidades e transparência.

Além de o Conselho avaliar, será encaminhado ofício ao CREA e ao Ministério Público sugerindo que se faça avaliação do andamento

6 - A Câmara Técnica até o presente momento não recebeu nenhum processo, nem solicitação para análise e parecer técnico deste.

No dia 05 de dezembro de 2007 foram distribuídos alguns processos para as Comissões de Análise de Processos do CPDM, através de seus Coordenadores. Na reunião do dia 10 de janeiro de 2008, que tinha como pauta a apresentação dos relatórios elaborados pelas referidas Comissões, o Dr. Higner Mansur levantou a dúvida quanto a competência do CPDM para estudar processos e emitir pareceres técnicos. Diante deste fato, o Presidente suspendeu a apresentação dos relatórios produzidos pelas Comissões e informou que incluiria a questão na pauta da reunião seguinte. Na reunião do dia 29 de janeiro de 2008 continuou o impasse de competência ou não do Conselho para analisar e emitir parecer nos processos e o Sr Glauber, Conselheiro representante da Secretaria de Governo, sugeriu e foi acatado pelo Plenário, que o assunto seria submetido à Procuradoria Geral do Município. Com isso, os coordenadores das Comissões devolveram os processos ao Presidente do Conselho. Na reunião do dia 21 de fevereiro de 2008 foi feita a leitura da consulta encaminhada à PGM. O plenário, por meio de votação, acatou o parecer da Procuradoria estabelecendo que o CPDM não teria competência para analisar os recursos relativos ao PDM. Em seguida, foi apresentada a minuta de Decreto de Composição da Comissão Técnica Consultiva, fundamentada no artigo 397 do PDM, com a finalidade de analisar os recursos de processos em primeira instância. Assim, diz o artigo 397, do PDM: Art. 397 - Fica instituída Comissão Técnica Consultiva, composta pelos técnicos e facilitadores das oficinas temáticas da revisão do Plano Diretor Municipal, representantes da Procuradoria Geral do Município (PGM) e da Secretaria Municipal de Planejamento, a serem nomeados por Decreto Municipal, para assuntos inerentes ao PDM. No dia 03 de março de 2008 foi votado pelos Conselheiros que o CPDM teria competência para analisar em segunda instância o recurso dos processos oriundos da COMTEC, regulamentada pela Lei 6085/08. Até o presente momento, dos pareceres da

COMTEC, ainda não foram interpostos recursos, motivo pelo qual, nenhum processo foi levado ao CPDM e, conseqüentemente, encaminhado à Câmara Técnica.

7 – Solicito que este manifesto faça parte da ATA do conselho.

Conforme solicitado, o Manifesto da Câmara Técnica foi anexado à ata, que posteriormente será publicada no Diário Oficial, assim como, juntamente como a ata foi encaminhada por E-mail a todos os Conselheiros, à Comissão do Sistema Viário e à própria Câmara Técnica. Finalmente, solicitamos que estes esclarecimentos sejam anexados à ata da reunião de hoje. Dando andamento a reunião, Sr Luiz disse que tem grande apreço pelos técnicos que compõe a Câmara Técnica e citou o nome dos profissionais efetivos da PMCI que compõe a COMTEC. Convidou todos os presentes para uma audiência pública de apresentação da Proposta Orçamentária da PMCI para o exercício de 2009, que será às 9 horas do dia 26/09/2008, no auditório da SEMDEC. A Conselheira Raquel solicitou ajuda da PGM e dos advogados, Dr. Marcelo e Dr. Higner, conselheiros representantes da OAB, para analisarem alguns itens do regimento interno da Câmara Técnica e analisar, também, se as Comissões ligadas ao CPDM, necessitam de regimento interno. Rogério – membro da COMTEC externou sua indignação quanto ao manifesto, pois está questionando a conduta dos profissionais que compõem a COMTEC. Sr. Jairo, membro da Câmara Técnica, disse que o CPDM não está solicitando os conhecimentos dos membros da Câmara Técnica e acha que o PRO – Programa de Regularização de Obras deva ser avaliado no momento da sua aplicação, pois considera que em alguns trechos do Programa acontecem irregularidades. Disse que o manifesto partiu de uma pessoa (profissional do CREA) e convidou todos os profissionais do CREA para assinarem tal manifesto. O Presidente Sr. Luiz disse que encaminhará ofício ao CREA e ao Ministério Público para acompanharem o desenvolvimento do PRO. Dr. Marcelo disse que não houve manifestação da Câmara Técnica contra o PRO e solicitou que a mesma traga as considerações de falhas sobre o programa já que se fala de transparência e conduta. Sr. Luiz lembrou que a pauta das reuniões do CPDM deverá ser feita com a iniciativa de todos. Após várias discussões sobre: a fiscalização de obras; capacidade dos profissionais da COMTEC, a atuação do CREA e a valorização profissional, questão salarial dos profissionais, Vera Lucia solicitou que o CPDM traga profissionais, sempre que possível para a capacitação dos conselheiros do CPDM. Sr. Luiz disse que o Conselho necessita rever a situação da transição da Presidência, disse, também, que o mandato irá até julho de 2009 e assim como o Conselho Municipal de Saúde, a presidência deverá ser assumida por um representante da sociedade civil. Vera Lúcia solicitou mais uma vez os crachás para identificação dos conselheiros. Sr. Luiz informou que iria providenciá-los. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e quarenta minutos encerra-se a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes. Cachoeiro de Itapemirim, 25 de Setembro de 2008.

Conselheiros

1. Luiz Mota de Souza (Presidente) titular da SEMPLO
2. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO
3. Dr Higner Mansur titular da OAB
4. Dr. Marcelo Baliana Justo, suplente da OAB
5. Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia
6. Maria Luíza Jaccoud de Andrade (Vice-Presidente), titular do CREA
7. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE
8. Vera Lúcia de Paz, titular da TRAMIRIM
9. Edith Sousa da Rosa Caldara suplente da TRAMIRIM

10. Luis Carlos Tófano, suplente de CRECI
11. Mario César do Nascimento Moreira suplente da FAMMOPOCI
12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF
13. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS
14. Ana Maria Valane Melo (Secretária) titular da SEME
15. Hermínia Maria Costalonga Baptistini, titular do DEFISC
16. Cristhiane Nogueira de Faria Pereira, suplente da SEMAC
17. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC
18. Nilton Costa Filho, suplente da SEMMA
19. Marco Antônio Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER

Membros da Câmara Técnica

20. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público:
21. Zenah Vieira Romano, suplente do CEFETES:
22. Jairo de Freitas Di Giorgio, titular do CREA:
23. Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA:

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 24 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e oito**, às quinze horas e quarenta e cinco minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência do Sr. Luiz Mota de Souza. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA; 2. Manoel Carlos Amboss, titular da ASCICI; 3. Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim; 4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese; 5. Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim, titular do Sindicato Rural; 6. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI; 7. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI; 8. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 9. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO; 10. Paulo Henrique Thiengo, titular da Secretaria Municipal de Arte e Cultura; 11. Marco Antônio carvalho de Oliveira, suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 12. Aldieris Braz Amorim Caprini, titular do Centro Universitário São Camilo. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. OAB; 2. APAE; 3. SINDIROCHAS; 4. SINDIMÁRMORE; 5. TRAMIRIM; 6. ADESA; 7. Câmara Municipal; 8. IBAMA; 9. SEBRAE; 10. Secretaria Municipal de Saúde; 11. Secretaria Municipal de Educação; 12. Departamento de Fiscalização de Obras; 13. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; 14. Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 15. Secretaria Municipal de Governo; 16. CEFETES. **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA; 3. Priscila Ringuier, titular da AABRI. **Ausente:** 1. Patrícia de Almeida Feitosa, representante do CEFETES. Não havendo quorum, e após aguardar os 15 (quinze) minutos a partir do horário designado para o início da reunião (15:30 hs), a Presidente declarou encerrada a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos

demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 27 de novembro de 2008.

Conselheiros

1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA
2. Manoel Carlos Amboss, titular da ASCICI
3. Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim
4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese
5. Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim, titular do Sindicato Rural
6. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI
7. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI
8. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF
9. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO
10. Paulo Henrique Thiengo, titular da Secretaria Municipal de Arte e Cultura
11. Marco Antônio carvalho de Oliveira, suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
12. Aldieris Braz Amorim Caprini, titular do Centro Universitário São Camilo

Membros da Câmara Técnica

1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público
2. Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA
3. Priscila Riguier, titular da AABRI

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 25 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **onze dias do mês de dezembro de dois mil e oito**, às quinze horas e quarenta e oito minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência do Sr. Luiz Mota de Souza. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA; 2. Bruno S. Lima, suplente do CREA; 3. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese; 5. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural; 6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM; 7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA; 8. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI; 9. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI; 10. Angela da Paula Barboza, titular da Câmara Municipal; 11. Guilherme Gomes de Souza, titular do IBAMA; 12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 13. Luiz Mota de Souza, titular da SEMPLO, Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO; 14. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da Secretaria Municipal de Saúde; 15. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da Secretaria Municipal de Educação; 16. Paulo Henrique Thiengo, titular da Secretaria

Municipal de Arte e Cultura; 17. José Gomes Rangel Netto, titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; 18. Valério Raymundo, titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. ACISCI; 2. Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim; 3. SINDIROCHAS; 4. SINDIMÁRMORE; 5. Centro Universitário São Camilo; 6. SEBRAE; 7. Departamento de Fiscalização de Obras; 8. Secretaria Municipal de Governo; 9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 10. CEFETES. **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Jairo Freitas Di Giorgio, titular do CREA Glória Maria Machado O. Assis, suplente do CREA. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. CEFETES; 2. AABRI. Havendo quorum, o Presidente, declara aberta a reunião anuncia que se trata de reunião extraordinária solicitada pelas associações de moradores dos Bairros Paraíso e Amarelo com objetivo de tratar assunto referente à construção do Viaduto naquela localidade, diz que convidou também o representante do DNIT e que o mesmo não pode comparecer por não estar pronto o projeto, Sr. Luiz diz ainda que os imóveis localizados no entorno da suposta obra estão sendo avaliados para provável desapropriação. Convida o representante da Associação de moradores do Bairro Amarelo, Sr. Robson Luiz de Freitas que inicia sua fala dizendo que já estão na luta contra a construção do Viaduto há 07 (sete) meses, que não desejam sua construção, pois é desnecessária e ainda causa impactos diversos, diz que esta obra é produto da vaidade de políticos, o deputado Camilo Cola e não da necessidade, diz que não é contra o desenvolvimento, mas que não possuem explicação justa para a necessidade da obra em questão. Diz que já consultaram diversos órgãos públicos e não obtiveram ajuda e que agora estão solicitando o apoio do CPDM. Diz que em consulta ao Sr. Hélio Baia do DNIT o mesmo afirmou que não é possível a construção da rotatória sugerida pela PMCI, fala ainda que não temos outro representante em Brasília, que a obra causará ônus à União e ainda prejudicará a comunidade, pois a mesma não quer a construção do viaduto, que só trará aborrecimento, tristeza e depressão de alguns, que a obra está sendo imposta, que isto não é democracia, que o CPDM deve demonstrar que se importa e que fará alguma coisa em favor dos bairros atingidos, cita ainda outras obras que estão sendo realizadas no Estado há vários anos e que ainda não foram concluídas e não tem previsão para terminar, que os dois bairros serão destruídos, pede ajuda e sugestão para solucionar este problema, que no futuro vamos lamentar por deixarmos aqueles bairros, na entrada da cidade, acabar. Diz que porque publicaram em jornal local, bimestral, matéria a respeito do viaduto, extraída da revista Exame, estão sofrendo retaliações, pois querem que eles se calem. Diz que ninguém quer a construção do Viaduto, pois não é necessária e que o DNIT não quer nem ver, quer que o CPDM impeça a construção, que o CPDM é a sua última esperança, que alguns moradores estão sendo convencidos, influenciados pelo dinheiro, que o DNIT alega que não existe projeto, que é apenas um croqui, porém os

moradores querem mais informações, pedem pelo amor de Deus a intervenção de alguém, termina sua fala e agradece. Sr. Luiz diz que não existe comunicação oficial à PMCI, que aquela área é de domínio da União, porém em perímetro urbano, que o município não quer a obra, que quando a obra for acontecer o município será comunicado. Adriana pergunta se isto é possível, se o Governo Federal pode agir dessa maneira, Sr. Luiz explica que não é possível, que o Estatuto das Cidades prevê que obras em perímetro urbano precisam obedecer ao PDM. Sapavini completa que é necessário que tenham projeto e pesquisa que comprove a viabilidade da obra, que o DNIT não tem isto. Que não devemos brigar pela não construção do Viaduto e sim pela falta de informações sobre a possibilidade de sua construção, porque se for feita pesquisa pra todo mundo e for provado que é possível e viável, quem dirá que não é, Enfim, a nossa briga não é pelo não Viaduto e sim pela falta de informação a respeito dele e pela forma que está sendo colocado, que está sendo uma imposição. Que Sr. Luiz está certo, que o município possui autonomia, porém é autonomia apenas administrativa, que a União tem autonomia para construir sem consultar ninguém dentro da sua área de domínio, desde que não seja em perímetro urbano, que neste caso a população precisa ser ouvida e respeitada. Guilherme pergunta o motivo, a finalidade da construção do Viaduto, Sr. Luiz explica que é para evitar o retorno que ocorre em frente a Viação Itapemirim. Guilherme diz que ninguém pode construir a obra desta maneira, que o município possui meios para evitar. Sr. Luiz explica que o município possui relacionamento de dependência com relação a recursos financeiros que nos são liberados pela União. Pedro Mengali pergunta a posição que o planejamento tomou, que o CPDM precisa ser consultado e o suporte que o Conselho possui. Adriana fala que o respaldo é a Lei Federal. Sr. Luiz fala que convidou até o Ministério Público Estadual. Mario fala que solicitou ao DNIT o projeto e que não recebeu resposta oficial. Cita presidentes de associações presentes e como representante da FAMMOPOCI sente-se frustrado por não saber nem a quem se dirigir. Sr. Luiz fala que a PMCI sugeriu uma comissão para ir ao DNIT para ficar sabendo o que eles possuem e ainda mostrar o projeto que desenvolvemos, apresentado aqui no CPDM, porém não obtivemos resposta oficial. Sapavini diz que estamos discutindo um “nada jurídico”, que o DNIT apenas está fazendo estudo, medições, que não podemos fazer nada contra alguém que não fez nada, que apenas diz que vai fazer. Que quem manda no município são os munícipes, que não devemos nos justificar porque não queremos, eles é que precisam convencer. Precisam apresentar orçamento, projeto, pesquisa dizendo a viabilidade. Sr. Luiz fala que uma obra deste porte é necessária a apresentação de Termo de Referência ao Município, para que sejam demonstrados os impactos que serão causados ao município, com isto solicita a aprovação do EIV, fala que na verdade não temos nada e que é necessário aguardarmos um pronunciamento formal. Sapavini pergunta se as associações possuem personalidade jurídica para acionar o Poder Judiciário. Robson diz que sim.

Sapavini diz que devem acionar o Poder Judiciário e impedir qualquer ação naquele lugar. Robson lê correspondência recebida do DNIT, assinada pelo Eng.º Reginaldo e que este documento já comunica a existência de pré-projeto. Entende que causará impactos diversos, que os moradores querem ser ouvidos. Sapavini diz que este documento pode ser utilizado para acionar o Judiciário, diz ainda que obra deste porte somente um juiz pode embargar e impedir a obra. Sr.ª Cacilda, moradora do bairro Amarelo, diz que representantes do DNIT já foram a sua casa (uma engenheira e um topógrafo) mediram, tiraram fotografias e que disseram que a obra se iniciará em Janeiro de 2009. Sapavini explica em que circunstâncias é possível a entrada na casa das pessoas. Robson fala que os representantes do DNIT dizem que quem não permitir que entre em suas casas, o imóvel será avaliado por fora. Sapavini diz que é apenas para impressionar, que a constituição, depois de proteção à vida, que é o bem maior, logo em seguida vem a proteção à propriedade. Sr. Luiz pergunta se os moradores foram comunicados da avaliação por escrito. Robson responde que não, que tentaram convence-lo que é melhor para o município. Roberto Moura, representante da associação de moradores do Bairro Paraíso diz que a associação é contra, porém apenas os moradores atingidos querem se manifestar, os que não serão atingidos querem ficar neutros. Roberto diz ainda que realizará um plebiscito no bairro para conhecer a vontade da maioria, que está mobilizando a população do bairro objetivando incentiva-los a se manifestar, pois grande parte dos moradores do bairro Paraíso é funcionário da Viação Itapemirim. Mario fala que a FAMMOPOCI quer respostas, que este assunto esta se arrastando por meses, que o presidente do CPDM não obteve resposta formal, que o DNIT já deveria ter vindo ao CPDM, que ninguém pode vir em Cachoeiro, fazer obra deste porte sem autorização do CPDM, fala que não estamos aqui brincando de ser conselheiro, que á foi a 06 (seis) reuniões com este tema, que esta é a 7.ª (sétima). Pergunta quantas reuniões serão necessárias para que a população obtenha resposta do DNIT. Diz que queremos a realização de obras em nosso município, mas com a nossa participação, diz ainda que Cachoeiro realmente necessita de viaduto, porém em local pior, solicita que seja incluída para a pauta da próxima reunião a presença do representante do DNIT. Reclama dos gastos feitos com projetos sem a participação da população. Sapavini explica que as despesas com os projetos e pesquisa são necessárias e que faz parte do orçamento do DNIT, que este não é nosso foco, nosso foco é a falta de informação, explica que devemos dar juridicidade ao caso e como funciona a lei. Explica como o juiz analisará o caso. Pergunta ao Valério se ele é contra ou a favor. Valério responde que, como representante do meio ambiente pode afirmar que sua secretaria não foi consultada a respeito do impacto ambiental que causará, por este motivo não possui subsídios para dar sua opinião. Faz a mesma pergunta ao Paulo Henrique, ao que responde que é contra, pois o viaduto prioriza os carros e a prioridade deve ser o transporte coletivo, como forma de valorização ao cidadão. Sapavini diz que deve ser assim, que ao apresentarmos a solicitação devemos ter

fundamento, depois que se definir que realmente a maioria não quer a construção do Viaduto, veremos qual o caminho jurídico a ser tomado. Robson explica que foi consultar a respeito do Viaduto e constatou que os argumentos utilizados para justificar a construção não são verdadeiros, o primeiro argumento é que o local é o primeiro em acidentes, segundo ele, não procede. O outro argumento é que o local é o sexto em atropelamentos, segundo o mesmo, também não procede. Vera fala que os membros do conselho devem se pronunciar. Sr. Luiz fala que técnicos da PMCI, acompanhados por Sônia Raquel, conselheira e especialista em trânsito, foram ao DNIT e lá não foram atendidos, que a resposta que obtiveram foi a visita do Eng. Reginaldo que foi à SEMPLO, a comissão supra citada perguntou se o DNIT tinha estudo prévio, a resposta verbal foi que não tinham, que já era fato e que o projeto da rotatória, não seria avaliado. Vera fala que os conselheiros devem solicitar também a presença do Deputado Camilo Cola, que ele deve ser ouvido e seus argumentos apresentados. Que devemos ter estudo prévio que aborde os impactos, estudos apolíticos, estritamente técnicos. Guilherme fala que a reunião será um redemoinho enquanto não tivermos aqui um representante do DNIT. Que devemos emitir ofício ao DNIT com anexo contendo os nomes dos conselheiros e a entidade que representam, considera a localização do Viaduto um tanto duvidosa, porque existem locais mais perigosos. Que devemos obter o apoio da imprensa, que pode ajudar, cita exemplos em que a obra já era fato consumado e que a divulgação pela imprensa ajudou a solucionar o problema. Sr. Luiz sugere a elaboração das propostas, pois o conselho representa o poder público de forma bastante representativa, dada a importância das entidades que representam, concorda que as reuniões precisão ser divulgadas. Goreth lembra aos conselheiros a época da elaboração do PDM, que cada um deles representa a população sua presença é como se a população estivesse aqui, lê o artigo 35 do PDM “*É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana e Rural do Município mediante as seguintes instâncias da população: item II - Conselho do Plano Diretor Municipal.*” Pede que não se esqueçam do poder da população em escolher o que é melhor para o seu bairro. Maria Luíza fala que é necessário que se façam pesquisas nos bairros, para que se saiba a vontade da população, para que o conselho possa acampar a proposta. Robson fala que possui abaixo assinado com 3000 assinaturas. Roberto do bairro Paraíso não possui o número de moradores de seu bairro. Rogério fala que o mais sensato é a PGM entrar com recurso no Ministério Público solicitando o embargo da obra, até que o DNIT se pronuncie. Que é precipitado pedir ao conselho que se pronuncie sem conhecimento dos fatos. Neila sugere que seja feito um plebiscito, lembrando o ocorrido na causa do presídio Sr. Luiz diz que nesta ocasião houve manifestação geral da população contra o presídio. E que neste caso é necessário maior envolvimento da população em geral. Mario sugere audiência pública e pede maior objetividade. As propostas são elaboradas: 1.ª proposta – Solicitação do comparecimento do Deputado Camilo Cola à

reunião do CPDM. 2.ª proposta – Emissão de ofício solicitando exposição técnica da solução que apresentam, com anexo contendo nomes dos conselheiros e entidades que representam. Vera sugere cautela preventiva. Votam e as propostas são aceitas pela maioria. Robson pergunta se com os elementos que possuem “correspondência do DNIT” é possível embargar a obra para que ela não aconteça. Sr. Luiz fala que só possuímos a correspondência e pré-projeto. Sapavini diz que não existe nada para embargar, “nada jurídico”. Que é necessário provar a representatividade, pois cada causa tem valor pecuniário, e que quem perde pagará por ela. Pergunta se temos a representatividade e elementos para a causa. Lena sugere que os convites sejam divulgados na imprensa, se não obtivermos resposta, teremos elementos. Sr. Luiz diz que precisamos fazer abaixo assinado para termos representatividade, que necessitamos comprovar que a idéia é impopular, com a comprovação da representatividade. Rogério diz que não entende como uma obra deste porte pode se realizar, pois fere o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança). Sr. Luiz fala que o EIV ainda não está regulamentado. Guilherme sugere que se divulgue o convite, o comparecimento e a falta também. Maria Luíza fala que os conselheiros só se pronunciarão com subsídios técnicos. Jairo também fala que só pode se pronunciar tecnicamente com obtenção de dados numéricos. Maria Luíza pergunta se Jairo conhece a sugestão da PMCI, Jairo diz que precisamos de outra sugestão, que o viaduto seria mais proveitoso no trevo de Guarapari. Neila sugere que a imprensa seja convocada para que a população conheça a situação e a insatisfação dos moradores do local. Sr. Luiz concorda e diz que daqui por diante será enviado convite a Comunicação Social da Prefeitura e ela convidará os outros meios de comunicação. Sapavini pede que sejam lidas as atas 22, 23 e 24 que foram enviadas por e-mail, aprovam e assinam as atas. Vera diz que se o Deputado não vier ao conselho, que seja feita moção por agravo. Valério justifica-se com o conselho a respeito de lei complementar que foi aprovada sem a participação do conselho, devido a falta de quorum da última reunião. Sr. Luiz pede que este assunto seja incluído na pauta da próxima reunião. Sr. Luiz fala de sua preocupação com os moradores dos bairros afetados e pede o apoio da FAMMOPOCI objetivando o apoio de outras associações. Sapavini fala que está aqui para dar juridicidade à associação. Robson pede que a outra reunião seja marcada em horário mais apropriado, que não houve representante do poder público na reunião dos moradores, que o povo está perdendo confiança no poder público, quer saber em quem acreditar e a quem recorrer. Nada mais havendo a tratar Sr. Luiz agradece a todos e encerra a reunião às dezoito horas.

1. Maria Luíza Jaccoud de Andrade, titular do CREA
2. Bruno S. Lima, suplente do CREA
3. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE
4. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese
5. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural
6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM
7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA

8 Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI

9. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI

10. Angela da Paula Barboza, titular da Câmara Municipal

11. Guilherme Gomes de Souza, titular do IBAMA

12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF

13. Luiz Mota de Souza, titular da SEMPLO

14. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO

15. Luana Cristina Silva Fonseca, suplente da SEMUS

16. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da SEME

17. Paulo Henrique Thiengo, titular da SEMAC

19. José Gomes Rangel Netto, titular da SEMDEC

20. Valério Raymundo, titular da SEMMA

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 27 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e nove**, às quinze horas e quarenta e cinco minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência da Senhora Maria Luiza Jaccoud de Andrade. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (presidenta), titular do CREA. 2. Manoel Carlos Amboss, titular da ACISCI; 3. Dr. Higner Mansur, titular da OAB; 4. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 5. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira, titular do Sindicato Rural; 6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM; 7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA; 8. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI; 9. Mário Cezar do Nascimento Moreira, titular da FAMMOPOCI; 10. Mariana Cunha Monteiro, suplente da Câmara Municipal; 11. Ana Paula de Oliveira Cozer Machado, suplente do SEBRAE; 12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF; 13. Vasni Barbosa de Oliveira, titular da SEMPLO; 14. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da Secretaria Municipal de Educação; 15. Cristhiane Nogueira de Faria Pereira, suplente da Secretaria Municipal de Arte e Cultura; 16. Delandi Pereira Macedo, titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 17. Antônio Fernandes Mastella, suplente da Secretaria Municipal de Governo; 18. Cristiane Aragon Carpanedo, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social; 19. Hélio Carlos Campos Santos, suplente da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim; 20. Fernando Santos Moura, titular do Centro Universitário São Camilo; 21. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão, suplente da SEMPLO; 22. Stefano Carrero Fabris, suplente da Secretaria Municipal de Saúde; 23. Hermínia Maria Costalonga Baptistini, titular do Departamento de Fiscalização de Obras; 24. Marco Antônio Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER; 25. Zenas Vieira Romano, titular do IFES – Campus Cachoeiro. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** 1. Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim; 2. SINDIROCHAS; 3. SINDIMÁRMORE; 4. IBAMA. 5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público; 2. Jairo Freitas Di Giorgio, titular do CREA. **Ausentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. IFES – Campus Cachoeiro; 2. AABRI. Havendo quorum, a Presidenta declara aberta a reunião ordinária com a seguinte pauta: 1) Abertura dos trabalhos CPDM ano 2009; 2) Confirmação da agenda de reuniões ordinárias protocoladas na Câmara Municipal: 29 de janeiro; 19 de fevereiro; 26 de março; 30 de abril; 28 de maio; 25 de junho; 30 de julho; 27 de agosto; 24 de setembro; 22 de outubro; 26 de novembro; 17 de dezembro; 3)

Eleição Mesa Diretora & Secretaria Executiva; 4) Audiência Pública Projeto Viaduto; 5) Esclarecimentos sobre pedido de aprovação do Condomínio Aldeia do Itabira; 6) Pedido do Secretário Planejamento para análise sobre localização de anteprojeto de empreendimento comercial - Supermercado; e, 7) Solicitação, pelo responsável pelo Supermercado acima mencionado, de reunião para apresentação das intenções para o empreendimento e explicação do projeto e seus impactos a este Conselho - supermercado de bairro e lojas comerciais. A senhora Presidenta informou que, conforme o regulamento, cabe-lhe presidir a reunião em função da vacância da presidência anteriormente ocupada pelo Sr. Luiz Mota de Souza. Informou também que, observada a ausência de pessoa para secretariar os trabalhos, convidou para exercer extraordinariamente a função o sr. Zenas Vieira Romano, titular do Instituto Federal - IFES, que aceitou o convite. A seguir, a pedido da Sra. Presidenta, foi lida a ata da reunião anterior pelo Procurador Municipal, Dr. Carlos Sapavini. A Ata de número 25 (vinte e cinco) foi aprovada. Pedida a palavra, o conselheiro Manoel Carlos Amboss justificou a ausência da conselheira Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa, e a senhora Presidenta aproveitou a oportunidade para apresentar as justificativas de ausências recebidas por correio eletrônico do SINDIMÁRMORE, SINDIROCHAS e do suplente da Santa Casa, Sr. Juracy Magalhães Gomes. O conselheiro Dr. Higner pediu a palavra para agradecer a ação da senhora Presidenta em trazer para o CPDM as literaturas do Conselho das Cidades, e também lembrou a todos da necessidade de se manter o costume da pontualidade nas reuniões do CPDM, visto que todos os membros do Conselho dispõem de parte do seu tempo de trabalho para servir gratuitamente a comunidade. A seguir, o senhor Procurador Municipal, Dr. Carlos Sapavini, utilizou a palavra para dar esclarecimentos sobre a importância de a presidência do Conselho ser exercida, conforme estabelece o Regimento do CPDM, pela senhora Maria Luiza, que preside a reunião. O Senhor Secretário de Planejamento, Vasni Barbosa de Oliveira, apresentou ao Conselho sua contribuição enfocando a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo CPDM e reafirmou que “estamos juntos para realização do trabalho necessário”. O conselheiro Manoel Carlos Amboss pediu que os senhores conselheiros “sejam rápidos em suas considerações”, para não atrasar os trabalhos. A Presidenta coloca em pauta a eleição para os cargos de Vice-presidente e de Secretário(a) do CPDM. Foi votado e aprovado para o cargo de vice-presidente o conselheiro Vasni Barbosa de Oliveira, Secretário Municipal da SEMPLO. Foi sugerido e aprovado que o(a) titular da Secretaria Municipal de Educação seja incumbido(a) de continuar a secretariar as reuniões do CPDM, mas não houve aceite por parte da pessoa indicada, uma vez que a representação da SEME nesta reunião foi feita pela suplente. A agenda de reuniões ordinárias para o ano de 2009 ficou mantida conforme sugerida na pauta. A próxima reunião ordinária deve ocorrer em 19 de fevereiro. A conselheira Vera (TRAMIRIM) questionou a eleição do vice-presidente do CPDM e a senhora Presidenta acolheu a sugestão de se criar um grupo de estudo para apreciar os assuntos referentes a mudança de Regimento Interno do CPDM, mas não ficou decidido quando será criado, nem o número de participantes. O conselheiro Dr. Higner solicitou que as discussões retomassem o curso da pauta. A senhora Presidenta, retomando a pauta, esclareceu que é de extrema importância que os membros do CPDM estejam abertos a “escutar” as pessoas que nos procuram. A seguir, concedeu a palavra ao Dr. Fabiano Herkenhoff, Procurador do Estado, para falar sobre o loteamento Aldeia do Itabira, referente ao pedido de aprovação para se construir um condomínio nas proximidades do Monumento Natural do Itabira. Foi-lhe dado o prazo de 15 (quinze) minutos para expor a situação. Sua fala, a pedido do conselheiro Higner, foi

gravada. Dr. Fabiano iniciou explicando a questão do direito adquirido mediante o fato de o pedido haver sido feito ainda quando o PDM estava sendo implantado. A documentação para o pedido foi elaborada com base em linhas georreferenciadas. Disse que perto da área onde se pleiteia a criação do condomínio passa uma rodovia e deve passar uma ferrovia. Caso o condomínio seja criado, e em se passando a ferrovia no local, esta deve contribuir financeiramente com o município, montando a quantia em cerca de oito milhões de reais. Esclareceu que, hoje, o Itabira é um monumento natural, que deve ser preservado, não podendo ser explorada em seu entorno nenhuma atividade que ponha em risco sua preservação, tal como: indústrias, casas noturnas, dentre outras. Disse que o enfoque do condomínio é preservar o Itabira e trazer para o município o auxílio financeiro que advier de sua criação. Após a fala do Dr. Fabiano, Dr. Higner Mansur observou que “não houve correria ao se fazer o PDM” e comentou a lei municipal 6.177, mencionada pelo Dr. Fabiano. Disse que, embora a lei seja boa, ele discorda de seu teor, tendo em vista que o CPDM não foi consultado para sua criação. Disse também que a lei municipal 6.151 não fala sobre o PDM, mas tem em seu Artigo 1º, parágrafo 2º, teor contrário ao Artigo 383 do PDM. Dr. Fabiano retomou a palavra para esclarecer que, se o método utilizado para solicitar a implantação do condomínio fosse diferente do sistema de georreferência, demoraria ao menos cinco (5) anos para conclusão do processo. O conselheiro Manoel Carlos Amboss propôs a criação de uma Comissão Técnica mista para estudar a solicitação. Disse que a lei municipal 6.151 “apareceu aprovada de um projeto que foi direto para a Câmara” (de Vereadores) e isto constrangeu os conselheiros. A Presidenta lembrou que é necessário “delimitar prazos para os trabalhos” a fim de não emperrar os processos. Dr. Higner disse que “esta é a primeira vez que a iniciativa privada vem a público e é ouvida”. O conselheiro Mário Cezar, titular da FAMMOPOCI, tomou a palavra e disse que o assunto da implantação do condomínio deve ir a consulta pública. Disse, ainda, que os pontos da discussão não estão bem detalhados e devem ser melhor estudados. Dr. Fabiano tomou a palavra e esclareceu que a competência de aprovar ou rejeitar a implantação do condomínio é do IEMA. A conselheira Vera (TRAMIRIM) sugeriu que o Conselho apresente moção para criar uma Comissão Técnica para estudar o caso. Foi sugerido pelo conselheiro Manoel Carlos que se espere a revogação da lei 6.151, já que o pedido já foi encaminhado ao atual prefeito, mas os conselheiros não chegaram a um acordo sobre a proposta. O conselheiro Mário tomou a palavra para dizer que a dúvida persiste. Não há entendimento suficiente para a tomada de decisões no Conselho. A Presidenta coloca em votação a criação da Comissão Técnica mista, que foi aprovada, devendo ter sete (7) membros, sendo estes das competências jurídica, técnica, ambiental e imobiliária. A Comissão foi composta por: a) pelo CPDM: Dr. Higner Mansur (titular da OAB), Sônia Raquel Duarte Borges (titular da Santa Casa), Vera Lúcia de Paz (titular da TRAMIRIM), Adriana Grillo Carreiro Sader (titular do CRECI) e Fabiana Ramos Dias Caçador (suplente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente); b) pela Câmara Técnica Permanente: Jairo Freitas Di Giorgio (titular do CREA); c) pelo município: Dr. Carlos Sapavini (Procurador Municipal). O objetivo da Comissão será levantar os dados gerais das solicitações, os pareceres etc, e apresentá-los ao CPDM. A seguir, conforme a pauta, a senhora Presidenta colocou em votação a vinda dos representantes do Supermercado Carone na próxima reunião ordinária, para apresentar seu projeto ao CPDM. A questão da audiência pública do Projeto Viaduto, foi questionado o fato de os conselheiros não terem tomado conhecimento do projeto em sua totalidade, o que invalida a realização da audiência (que deveria ocorrer no auditório do Centro universitário São Camilo). Foi proposta uma reunião extraordinária para o DNIT apresentar o

Projeto. Ficou estabelecida a data de 12 de fevereiro para esse fim. A senhora Presidenta informou que ainda restam pendências a serem revistas, cujos temas envolvem as mudanças de itens do PDM, propostas pela SEMPLO, o FUNPLADIM, Regimento do CPDM, EIV, entre outras. O conselheiro Vasni Barbosa de Oliveira reforçou a sugestão de que seja mantida a Secretária Municipal da Educação como secretária do CPDM. O Conselheiro Mário sugeriu que se mudasse o horário das reuniões do CPDM. A sugestão será objeto de pauta da próxima reunião ordinária. Foi entregue pelo sr. Zenas Vieira Romano ofício do Diretor Geral do IFES – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (antigo CEFET-ES), Campus Cachoeiro de Itapemirim. Apresentando as novas indicações de membros para o CPDM e para a Câmara Técnica Permanente, como segue: para conselheiro Titular do CPDM, Zenas Vieira Romano; para suplente Patrícia de Almeida Feitosa; para membros da Câmara Técnica: Evanizis Dias Frizzera Castilho (titular) e Gilberto Freire Rangel (suplente). Nada mais havendo a tratar, a Senhora Maria Luiza Jaccoud de Andrade agradece a todos e encerra a reunião às 17h42min (dezessete horas e quarenta e dois minutos).

1. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (presidenta), titular CREA.
2. Manoel Carlos Amboss, titular da ACISCI.
3. Dr. Higner Mansur, titular da OAB.
4. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE.
5. Cláudia Coutinho R. Bandeira, titular do Sind. Rural.
6. Vera Lúcia da Paz, titular da TRAMIRIM.
7. Neila Madeira de Azevedo, titular da ADESA.
8. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI.
9. Mário Cezar do N. Moreira, titular da FAMMOPOCI.
10. Mariana Cunha Monteiro, suplente da Câmara Municipal.
11. Ana Paula de Oliveira C. Machado, suplente do SEBRAE.
12. Sidney Sara Zanetti, suplente do IDAF.
13. Vasni Barbosa de Oliveira, titular da SEMPLO.
14. Lena Mara de Lima Bandeira, suplente da SEME.
15. Cristhiane N. de Faria Pereira, suplente da SEMAC.
16. Delandi Pereira Macedo, titular da SEMMA.
17. Antônio Fernandes Mastella, suplente da SMG.
18. Cristiane Aragon Carpanedo, titular da SMDS.
19. Hélio Carlos C. Santos, suplente da Diocese.
20. Fernando S. Moura, titular do Centro Univ. São Camilo.
21. Maria Goreth Cabral P. Camisão, suplente da SEMPLO.
22. Stefano Carrero Fabris, suplente da SEMUS.
23. Hermínia M. C. Baptistini, titular do DEFISC.
24. Marco A. Carvalho de Oliveira, suplente da SEMDER.
25. Zenas Vieira Romano, titular do IFES – Campus Cachoeiro.

Membros da Câmara Técnica Permanente:

1. Débora Maria Moura, suplente do Poder Público.
2. Jairo Freitas Di Giorgio, titular do CREA.

CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata de nº 28 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **doze dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove**, às quinze horas e quarenta e um minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência da Senhora Maria Luiza Jaccoud de Andrade. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Manoel Carlos Amboss (Titular) representante de ACISCI; 2. Higner Mansur (Titular) e Dr Bruno Fajardo Lima (Suplente) representantes da OAB; 3. Sônia Raquel Duarte Bordes (Titular) representante da Santa Casa

de Misericórdia; 4. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (Titular) e Carlos Heugênio Duarte Camisão (suplente) representantes do CREA; 5. Pedro Laudelino Mengali (Titular) representante da APAE; 6. Hélio Carlos Campos Santos (Suplente) da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim; 7. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira (Titular) representante do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; 8. Aguinaldo José Grillo (Suplente) representante do SINDIMÁRMORE; 9. Vera Lúcia de Paz (Titular) representante da TRAMIRIM; 10. Neila Madeira de Azevedo (Titular) representante da ADESA; 11. Adriana Grillo Carreiro Sader (Titular) e Luis Carlos Tófano (Suplente) representantes do CRECI; 13. Amarildo da Rocha (Titular) representante da FAMMOPOCI; 14. Ângela de Paula Barbosa (Titular) da Camara Municipal; 15. Guilherme Gomes de Souza (Titular) representante do IBAMA; 16. Sidney Sara Zanetti (Suplente) representante do IDAF; 17. Ana Paula de Oliveira Cozer Machado (Suplente) representante do SEBRAE; 18. Vasni Barbosa de Oliveira (Titular) e Maria Goreth Cabral Pereira Camisão (Suplente) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento; 19. Stéfano Carreiro Fabris (Suplente) representante da Secretaria Municipal da Educação; 20. Sérgio Antônio Mariano César (Titular) da Secretaria Municipal da Educação; 23. Yuri Gagarin Sabino (Titular) e Manoel Julio Xavier (Suplente) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; 24. Delandi Pereira Macedo (Titular) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 25. Antônio Fernandes Mastela (Suplente) representante da Secretaria Municipal de Governo; 26. Marco Antônio Carvalho de Oliveira (Suplente) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 27. Zenas Vieira Romano (Titular) representante do IFES.

Ausentes os representantes das seguintes instituições: SINDIROCHAS; Centro Universitário São Camilo; Departamento de Fiscalização de Obras; Secretaria Municipal de Arte e Cultura. **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Milton G. Assad (Titular) e Débora Maria Moura Carias (Suplente) representantes do Poder Público; 2. Evanizes Dias Frizzera Castilho (titular) representante do IFES; 3. Jairo de Freitas Di Giorgio (titular) representante do CREA. **Ausentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** AABRI. Havendo quorum, a Presidenta declara aberta a reunião ordinária com a seguinte pauta: Apresentação do Projeto do Viaduto do Amarelo pelo DENIT. A seguir, a Presidenta, observa a ausência de pessoa para secretariar a reunião e solicita para exercer extraordinariamente a função a conselheira Adriana Carreiro Sader, titular do CRECI. A conselheira Adriana inicia lendo a ata da reunião anterior. A presidenta apresenta a justificativa de ausência recebida por correio eletrônico do Sr. Ronaldo Azevedo do SINDIROCHAS. Foi lida a ata da reunião anterior e a Presidenta pergunta se todos concordam com a ata. Todos concordam. O conselheiro Higner Mansur, titular da OAB, concorda, com duas ressalvas, Higner disse concordava, na ocasião da reunião, com o teor, mas não com o procedimento administrativo de elaboração da lei que modificou a nomenclatura do entorno do Itabira. Foi lida a pauta da reunião, A presidenta pergunta aos conselheiros se a reunião pode ser gravada e filmada, todos concordam. O conselheiro Higner pediu que fosse solicitado a quem estivesse filmando, que fornecesse uma cópia ao Conselho. Higner pediu que o suplente da OAB, o Sr. Bruno, tomasse o seu lugar, pois nesta reunião estava auxiliando as associações dos bairros Amarelo e Paraíso e que gostaria que fosse dado cinco minutos para as associações dos bairros se pronunciarem. Os conselheiros pediram que tirasse do retroprojeto a apresentação que dizia “Audiência Pública”, pois não era o caso, trata-se de reunião para o DNIT apresentar o projeto do viaduto a convite do CPDM, sendo que audiência pública é outra coisa. A presidenta apresentou o Sr. Hélio Bahia representante do DNIT, o qual iria

fazer a apresentação do projeto do Viaduto do Bairro Amarelo, e o mesmo se dirigiu a tribuna. O Sr. Hélio Bahia saudou a todos e disse que seriam duas apresentações: a primeira uma apresentação de dados da área e a segunda os detalhes do projeto. Sr. Hélio disse: O DNIT faz vários estudos, temos vários problemas de difícil solução, existem obras urbanas e não urbanas, 80% (oitenta por cento) não são aprovadas, muitas são clandestinas, o que leva a muita insegurança e muitos acidentes. Tivemos nos últimos anos muitos estudos de melhorias em Guarapari, São Mateus, Linhares, BR 101 sul e outras. No caso específico de Cachoeiro, a cidade foi contemplada através de uma medida provisória. Apenas até 2010 teremos condições de aplicar recursos na BR-101. O projeto da intercessão do bairro Amarelo foi contemplado e fomos atrás de recursos mediante esforços do deputado Camilo Cola, do deputado Neucimar, e do Senador Magno Malta, principalmente. Assim conseguimos o recurso para efetivar o projeto. Foi através de emenda parlamentar para autorizar os recursos. Fomos procurados por este Conselho, e dissemos que não tínhamos nada ainda, somente uma concepção, estávamos amadurecendo a idéia e continuamos a ter freqüentes cobranças. Tínhamos apenas o anteprojeto, quando tivemos em mãos o Projeto Básico, aí colocamos um empreendimento de muita grandeza para a comunidade. Pois está havendo acidentes fatais. O recurso não pode ser passado para outro lugar, só para este local. Alguém tem que abrir mão de alguma coisa em prol da comunidade, estamos aqui para trazer benefícios para o povo, se o povo não quiser... (pausa). Vocês querem ou não querem? Vamos ter que desapropriar. 40% (quarenta por cento) dos recursos é destinado a desapropriação. De acordo com as pesquisas prevê-se, no local 1.200 veículos por hora em 2009, são números muito grandes, Cachoeiro precisa disso, como precisa da ligação da rodovia do contorno com a BR; com a construção do contorno os caminhões irão trafegar por lá. Não queremos impor nada, queremos que a comunidade nos ajude, a prefeitura precisa ampliar seus trabalhos, re-urbanizar aquele córrego poluído, temos que ajudar, trabalhar juntos com a prefeitura. Estamos trazendo um empreendimento de alto padrão. Sr. Helio Bahia encerrou e passou a palavra para o Engenheiro Sr. Geovane. O Sr. Giovane iniciou dizendo: Tivemos muito cuidado com esse projeto devido a população e suas atividades na área urbana, para reduzir o impacto ambiental com o crescimento da cidade em torno da rodovia, o impacto “Antropico”, ligado direto ao ser humano e identificar a demanda que havia ali. Várias opções foram estudadas e optamos por este projeto, pois minimizava as desapropriações. A influência direta em torno da rodovia favorece os acidentes. Ponto de conflito e número de acidentes é para o DENIT um ponto crítico. O projeto teve várias etapas, contratamos a Projemax, empresa projetista, e a primeira etapa foi o estudo de Avaliações, segunda etapa o Projeto básico, a terceira etapa, o Custo, depois Projeto Pavimentação, Sinalização, Paisagismo, Desapropriação e Impacto Ambiental e projeto para minimizar o impacto da Desapropriação. A contagem do tráfego para 2009 é de 8.960 veículos-dia, com aumento de 3% ao ano, seria projetado 12.402 veículos por dia para o ano de 2019. Analisamos o momento do dia com maior demanda de tráfego, o primeiro fator é a forte rampa descendente que favorece acidentes. Segundo fator, o grande número de comércio em torno. Levantamos quais os imóveis seriam atingidos. Apresentamos os Custos totais do Empreendimento R\$: 11.731.000,00 (Onze milhões, setecentos e trinta e um mil reais), 40% da obra destinados a desapropriação. Buscamos técnicas modernas como a “Terra Armada” para minimizar o impacto durante a realização do projeto. Não me preocupei em entrar em detalhes técnicos, pois não é o caso neste momento. O Sr. Giovane, engenheiro, agradeceu e encerrou. A presidenta agradeceu ao DENIT a apresentação do projeto e perguntou aos conselheiros se quisessem tirar dúvidas e que

fossem breves. O conselheiro Carlos Camisão suplente do CREA, perguntou ao Sr Giovane em qual trecho da rodovia foi feita a contagem do tráfego de veículos, e o Sr. Giovane respondeu que foi feita na rodovia no trecho de cruzamento com os bairros, no mês de Janeiro de 2009 e que trafegaram 4.480 veículos por sentido, Camisão perguntou ainda quantos veículos atravessaram para os bairros, e o Sr Giovane respondeu 4.124 veículos cruzaram a rodovia naquele ponto. O conselheiro Guilherme do IBAMA perguntou, se caso não se construa o viaduto, quais conseqüências teria para aquele trecho, o Sr Giovane respondeu que poderia ser construído uma Rótula, mas devido a rampa descendente, favorece ao índice de acidentes e que houve acúmulo de veículos em certos horários e caminhões ficaram interrompendo a passagem da BR 482, disse ainda, que se não fosse o caso não teriam feito os estudos, e que se não for feito, teremos problemas sérios e acidentes gravíssimos. O conselheiro Guilherme pergunta se caso a comunidade não queira, o recurso desta obra pode ser usado em outro local, o Sr Helio Bahia, representante do DENIT, responde que pode sim, mas que no momento não temos outro projeto, mas contratando, começamos novos estudos, que podem demorar de oito meses a um ano. Dr. Higner Mansur, titular da OAB, neste momento representando as associações dos Bairros se dirige a tribuna. O conselheiro Manoel Carlos Amboss, titular da ACISCI pediu a palavra e se dirigiu ao Sr Giovane dizendo que a rodovia por ter uma rampa descendente, a construção da Rótula diminuiria a velocidade dos veículos, enquanto o viaduto aumentaria, por estar com acesso livre, causando mais acidentes. Sr Giovanne, Engenheiro, responde que em termos técnicos, para a implantação de uma Rótula, teria que ter uma área muito maior, seria impossível, com um volume de terraplanagem muito grande e uma área maior de desapropriação. Carlos Amboss pergunta se foi feito estudo, com outra alternativa. Um plano "B". O Sr Giovane responde que foi feito outros estudos, mas procuraram minimizar o impacto com a comunidade. Sr Carlos Amboss disse que pensa que com a Rótula o impacto com a comunidade seria mais humano, não prejudicaria tanto os moradores, e que se a verba é parlamentar, ainda não deve ter sido liberada. O Sr Helio Bahia diz que a verba já está a disposição. O Dr Higner Manssur pede a palavra, representando as associações dos bairros, pediu que o responsável pelas gravações passasse uma cópia para o conselho, para que seus termos fossem colocados integralmente na Ata. Higner falou que não gostou da maneira como foi referida a questão: de que se a cidade não quiser o viaduto ela perde os onze milhões, mas a nação não perderá. Lembrou que justificativa igual, de prejuízo, já fora dada quanto ao empreendimento Aldeia do Itabira foi apresentado no CPDM "que se não liberarmos, teremos prejuízos de milhões". Higner disse que quando vieram com a construção da vila olímpica, "muitos foram pressionados, inclusive um cidadão honesto que está na platéia, e hoje sofre muito por isso. Na verdade, ninguém perde nada, quando um mau projeto não é executado. Ao contrário, todos ganhamos, pois há economia de recursos de nossos impostos". Higner falou da importância do conselho, que poderia ter demorado muito mais a ter uma resposta sobre o viaduto se o Conselho não tivesse pressionado, disse que achou importante e fundamental a frase que o Sr Hélio Bahia disse: "esta obra ainda não está confirmada". Então, com certeza, vamos ter audiência pública. Higner diz que o número de veículos lhe chamou a atenção, e que nunca viu engarrafamento neste local e sim alguns pequenos acidentes. Diz que a sociedade precisa se inteirar mais e ser mais respeitada e que os estudos de impacto de vizinhança e ambiental são primordiais; Higner diz que entende que muitos outros lugares estão precisando mais de Viaduto. Mas "vamos ver mais na frente com os estudos de Impacto, que já deveriam ter sido feito à muito tempo e com a Audiência Pública. Temos impacto não só de obras, mas impacto com o meio ambiente natural e com

o meio ambiente já construído. Vamos ver as Leis, não há nenhuma justificativa para não ter os estudos, tem que ser estudos técnicos, pois a sociedade de Cachoeiro merece e a lei exige". Higner leu um texto em referência a todos os projetos, que não raramente, prioridades não são cumpridas. Sr Helio Bahia pede para se retirar, pois já cumpriu seu objetivo, despede e se coloca a disposição. O Dr Wilson Areas se dirige a tribuna e pede a palavra como cidadão, e diz que houve uma reunião a algum tempo, com os moradores do bairro Paraíso e o Sr. Camilo Cola; diz que quanto à Chevron a situação é diferente porque é empresa privada, já o Poder Público tem que seguir o artigo 37 da CRFB. O conselheiro Mário César, titular da FAMMOPOCI, diz fazer parte da iniciativa popular e que "ficou muito satisfeito com a presença do Sr. Helio Bahia, mas tudo que vier para Cachoeiro com dinheiro público será fiscalizado, que a polêmica gerada foi por culpa do próprio DNIT, o povo tem que ter respostas. A associação do bairro Amarelo encaminhou pedido de explicações ao DENIT e não obteve resposta, o povo não foi respeitado. Que estamos a favor do Município e não a favor ou contra viaduto. O conselho do CPDM começa hoje a ter uma nova trajetória. Nós, da iniciativa popular, não somos contra e nem a favor, somos voluntários e estamos aqui para fiscalizar". A Presidenta cumprimenta e pede para registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal Professor Davi Loss. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE, diz que só se fala do Bairro Amarelo e Paraíso, que esqueceram o bairro São Geraldo, onde funciona a sede do CMU é naquele bairro, e quer que deixa registrado e que devemos começar a discutir o assunto. Dr. Carlos Sapavini, Procurador Municipal, diz ser morador do bairro Amarelo e diz não se lembrar de ter visto engarrafamento naquele local. Pergunta ao DNIT o tamanho da rótula; que rótula é essa; qual o padrão do DNIT. Sônia Raquel Duarte Borges, titular da Santa Casa, pediu a palavra e diz ter estudado muito o anteprojeto deste viaduto e que de início devemos pensar em duas situações; primeiro: todos os veículos que vierem do bairro Paraíso sentido Centro vão somar com os veículos que vão do bairro Amarelo sentido Centro, sobrecarregando o gargalo existente na Rua Jerônimo Monteiro; e segundo: todos os veículos vindo da BR 101 com destino ao Bairro Paraíso terão que entrar no Bairro Amarelo (Rua Jerônimo Ribeiro) para entrar no viaduto proposto. Carlos Camisão diz que devemos ver a possibilidade da Rotatória e que gostaria de compará-la a outra intervenção proposta e quanto ao que Raquel disse, é verdadeiro, pois estamos resolvendo problemas dos veículos e esquecendo o ser humano. Como as pessoas vão transitar a pé? Carlos Amboss complementa que o sistema de Rotatória é o mais usado no mundo e que não dá acidentes e nem engarrafamentos, acho que devemos insistir com o projeto da Rotatória. O Sr. Robson da associação do bairro Amarelo pede a palavra e diz que estão acompanhado o assunto sobre o viaduto a muito tempo, e que não são contra a nada, e sim contra gasto de dinheiro público sem necessidade, que a BR 482, tem uma extensão mínima, que todos sabem que a Avenida Jones dos Santos Neves tem muito mais problemas, sugere o desvio do trânsito de caminhões entrando pelo bairro União, mais semáforos e sistema de multa eletrônico, diz estarem só fixando no viaduto. Sr Robson diz que quanto ao ponto crítico que o DENIT relatou, está contrário a outras informações, que obra do DENIT começa mas não se sabe quando termina, a exemplo temos a obra do contorno e o Aeroporto, diz que temos que analisar, e pergunta sobre a ausência do Sr. Prefeito, que este deveria estar aqui. Que prometeu na sua campanha que iria nos ajudar. O Secretário de Planejamento, Vasni diz que agora estamos com um leque de opções novas e vamos buscar outras alternativas, quanto a presença do Prefeito, que esta é uma reunião de trabalho do Conselho do CPDM, que com certeza o Prefeito Carlos Casteglione estará presente na Audiência Pública, pois só estamos recebendo o material hoje, que

será encaminhado para ele. A Presidenta pergunta se a maquete do viaduto será exposta, e sugere a possibilidade de ficar exposta para população, para ser mais transparente. A presidenta diz aos conselheiros que, não só o Viaduto, mas quanto a todos os projetos impactantes, deveriam estar expostos à população em lugares estratégicos da cidade e que temos que ter visão quanto ao crescimento e ao desenvolvimento. Muita coisa podemos perder, mas muita coisa podemos ganhar. Que temos de acolher os pedidos, pois todos temos direito de dar nossa opinião e nós conselheiros de estar abertos a ouvir. A Presidenta agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas, encerrou-se a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 12 de fevereiro de 2009.

Conselheiros:

1. Manoel Carlos Amboss
2. Higner Mansur
3. Dr Bruno Fajardo Lima
4. Maria Luiza Jaccoud de Andrade
5. Carlos Heugênio Duarte Camisão
6. Pedro Laudelino Mengali
7. Hélio Carlos Campos Santos
8. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira
9. Aguinaldo José Grillo
10. Vera Lucia de Paz
11. Neila Madeira de Azevedo
12. Adriana Grillo Carreiro Sader
13. Luis Carlos Tófano
14. Amarildo da Rocha
15. Mario Cezar do Nascimento Moreira
16. Ângela de Paula Barbosa
17. Guilherme Gomes de Souza
18. Sidney Sara Zanetti
19. Ana Paula de Oliveira Cozer Machado
20. Vasni Barbosa de Oliveira
21. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão
22. Stéfano Carreiro Fabris
23. Sérgio Antônio Marone César
24. Yuri Gagarin Sabino
25. Manoel Julio Xavier
26. Delandi Pereira Macedo
27. Antônio Fernandes Mastela
28. Marco Antônio Carvalho de Oliveira
29. Zenas Vieira Romano

Câmara Técnica

1. Milton G. Assad
2. Debora Maria Moura Carias
3. Jairo de Freitas Di Giorgio
4. Evanizis Dias Frizzera Castilho

**CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ata nº. 29, do Conselho do Plano Diretor Municipal que, aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às quinze horas e quarenta e sete minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, reúne-se sob a Presidência da Sra. Maria Luiza Jaccoud de Andrade. Registram-se as presenças dos seguintes **Conselheiros:** 1. Manoel Carlos Amboss, titular da ASCICI; 2. Dr. Bruno Farjado Lima, suplente da OAB; 3. Sônia Raquel Duarte Borges titular da Santa Casa; 4. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (titular) – Presidenta do CPDM e Carlos Heugênio Duarte Camisão (suplente), representantes do CREA; 5. Pedro Laudelino Mengali, titular da APAE; 6. Neila Madeira de

Azevedo, titular da ADESA; 7. Adriana Grillo Carreiro Sader, titular do CRECI; 8. Mario Cezar do Nascimento Moreira, suplente da FAMMOPOCI; 9. Mariana Cunha Monteiro, suplente da Câmara Municipal; 10. Guilherme Gomes de Souza, titular do IBAMA; 11. Ana Paula de Oliveira Cozer Machado, suplente do SEBRAE; 12. Vasni Barbosa de Oliveira (titular) – Vice-Presidente do CPDM e Maria Goreth Cabral Pereira Camisão (suplente) representantes da SEMPLÓ; 13. Stéfano Carreiro Fabris, suplente da SEMUS; 14. Sérgio Antônio Mariano Cezar, titular da SEME; 15. Alexandre Buteri de Lima Freitas, suplente do DEFISC; 16. Cristhiane Nogueira de Faria Pereira da SEMAC; 17. Yuri Gagarin Sabino (titular) e Manoel Julio Xavier (suplente) representantes da SEMDEC; 18. Delandi Pereira Macedo (titular) e Fabiana Ramos Dias Caçador (suplente) representantes da SEMMA; 19. Zenas Vieira Romano, titular do Ifes; 20. Helio Carlos Campos Santos suplente da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim; 21. Aguinaldo José Grillo suplente do SINDIMÁRMORE; 22. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira titular do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; 23. Vera Lúcia de Paz titular representante da TRAMIRIM.

Ausentes os representantes das seguintes entidades: 1. Centro Universitário São Camilo (falta justificada por e-mail); 2. IDAF; 3. SEMGOV; 4. SEMDER (falta justificada por telefone) 5. SINDIROCHAS (falta justificada por e-mail).

Câmara Técnica: Presentes: 1. Débora Maria Moura Carias, suplente do Poder Público; 2. Evanizis Dias Frizzera Castilho, titular do IFES; 3. Jairo Freitas Di Giorgio (titular) e Glória Maria Machado O. Assis (suplente) representantes do CREA. **Ausentes:** 1. AABRI. Havendo quorum, a Presidenta saúda a todos, declara aberta a reunião e anuncia a seguinte pauta: “1. Apresentação da intenção de Projeto de Supermercado de Bairro – Empreendedor: Supermercado Carone (EVU – Estudo Viabilidade Urbana); Local: Bairro Sumaré; Tempo de apresentação: 30 minutos.”; “2. Trabalhos internos do CPDM e Externos/GTs (grupos de trabalhos) do CPDM;”; 3. Processos: 3329/2007 e 32786/2008.” Antes de adentrar nos assuntos em pauta, a Presidenta solicitou que algum Conselheiro pudesse secretariar o Conselho. Ninguém se pronunciou. A Conselheira Adriana Carreiro Sader, titular do CRECI, secretariou a reunião. Passou-se ao tratamento dos assuntos constantes da pauta, o que resultou nos seguintes registros: foi concedida a palavra ao Arquiteto Cláudio Leone, representante do Supermercado Carone, que iniciou a apresentação do Estudo para a ocupação da área do Campo do Estrela. Disse estar ciente da legislação e que entende a que cidade está em crescimento constante, e que todo empreendimento causa impactos na cidade, mas todos são possíveis de serem solucionados quando se consegue fazer um trabalho de intervenção, como é o caso desta proposta do primeiro empreendimento do Carone na cidade de Cachoeiro. Quanto ao problema de impacto do sistema viário existe projeto para minimizá-lo. O Arquiteto, Sr. Cláudio inicia a apresentação afirmando que o espaço que o Carone queria preencher em Vitória já foi preenchido e a nova cidade escolhida para expandir é Cachoeiro; que o trabalho de abastecimento será feito com caminhão “Truck” com horários agendados para carga e descarga. O sr. Cláudio Leone convidou o empresário responsável pelo Carone, Sr. Junior Carone para continuar a apresentação. O sr. Junior Carone agradeceu a todos a oportunidade de apresentar o projeto. Expôs que a preocupação seria o impacto a ser causado e disse que irão diminuir muito o impacto indo toda a mercadoria para um centro de distribuição; seria usado apenas um caminhão para abastecer a loja, com tempo máximo para descarga de vinte minutos. Disse que em Vitória todas as lojas são concentradas em bairros bem movimentados como aqui em Cachoeiro; dá exemplos de supermercados em Vitória que estão em locais movimentados, mas se adequaram bem, sem causar maiores impactos. Disse que toda obra de grande porte gera impacto, mas apresentaram soluções

para o diminuírem em parceria com o Município. Como objetivo, expuseram que uma das propostas é alargar a rua Estrela do Norte e a rua estreita lateral; criar um acesso da rua Estrela do Norte com a rua de cima. A Presidenta chama a atenção para a grande inclinação que poderá ter esta rua. Em seguida, o Arquiteto, Sr. Leone, diz que haverá galeria com vinte e três lojas, estacionamento com duzentas e cinquenta vagas, cerca de quinhentas pessoas trabalharão durante a obra, gerando duzentos e sessenta empregos diretos e cerca de trezentos indiretos; que será feito um investimento de oito milhões; que o prazo para a conclusão da obra será de doze meses, a partir da conclusão da fundação e que o Supermercado fatura cinco milhões e quinhentos mil reais brutos. O sr. Leone relatou que chamou sua atenção o fato de, no local da proposta, o PDM permitir ser construído um “Hortifrut” não havendo limite de área, sendo que não é permitida a construção de um supermercado. Disse que essa situação deve ser avaliada. Falou que tem certeza de que, se fosse liberado, o empreendimento não teria maior impacto do que um “Hortifrut”; que quem fez o PDM poderia ter avaliado que neste local poderiam ter vários gêneros de investimentos e que acha muito importante a obra no local por se tratar de um bairro nobre na cidade; que a proposta é de um supermercado de bairro, e que a loja de bairro diminui o problema no sistema viário, pois o morador não precisa se locomover em grandes distâncias. A apresentação se encerrou. A Presidenta agradece ao Arquiteto Sr. Leone e ao empresário Sr. Junior Carone. O Conselheiro Guilherme, representante do IBAMA, pergunta ao Arquiteto Sr. Leone, qual seria o maior impacto e quanto tempo gastaria de obra. Sr. Leone explica que estão trabalhando com pré-fabricação, vem tudo quase pronto, o que torna a obra mais rápida e com menos transtornos e menos resíduos. O Conselheiro Carlos Heugênio menciona que o Conselho já foi consultado sobre a ampliação de um hospital naquela região e que o ponto crítico seria o trânsito. Com a construção do supermercado seria um trânsito novo; com maior movimentação o trânsito vai aumentar. Na cidade existe um conflito naquela praça em frente a Unimed e há momentos em que o trânsito fica engarrafado, e para chegar ao Supermercado Carone teríamos que passar por ali. Questiona como o Supermercado pretende lidar com este problema. Sr Leone responde que quando há um ponto crítico ele deve ser estudado e deve ser feita uma abordagem sistemática; criar formas para viabilizar, discutindo com o Município e com o Conselho; deve ser feita uma interferência a fundo. O Sr. Leone se colocou à disposição para estudos. O Conselheiro Carlos Heugênio argumentou que a cidade deve crescer para onde não há conflitos e sugeriu que fosse vista a possibilidade de se construir o supermercado em outro local. O Conselheiro Carlos Amboss falou que queremos que a cidade cresça e receba este empreendimento. O local é um campo de futebol, parte dele é do Estado. Pergunta se já combinaram com as pessoas que estão envolvidas na negociação e se têm um plano B, caso não se acerte o local. Caso tenha, que poderia apresentar e contar com nosso apoio. Sr. Leone responde que não tem como responder, que a sua parte é só técnica. O Conselheiro Pedro diz que a Unimed quis ampliar e o Conselho foi contra e pergunta se será aprovada alguma coisa nesta reunião. A Presidenta diz que é apenas uma apresentação e, quanto à Unimed, lembrou aos Conselheiros que não foi apresentado nenhum projeto concreto neste Conselho. O Conselheiro Carlos Heugênio diz que foi apresentado sim, pela Câmara Técnica. O Conselheiro Pedro disse ter o Conselho responsabilidade no que aprova. A Conselheira Maria Goreth afirmou ser um prazer ter o Supermercado Carone em Cachoeiro. Disse que deve sempre se pensar para onde deve crescer a cidade; que nossa cidade quer o Carone em Cachoeiro, mas talvez não no local pensado pelos empreendedores. Ressalta que, se é permitido algo impactante em um local, não significa que por este motivo temos que liberar um uso também impactante,

mas sim revisar a lei, já que o PDM completou dois anos de aprovação e está no prazo de nova revisão determinado pelo Estatuto da Cidade. Disse ainda, que em relação ao Supermercado “Wall Mart”, citado pelo arquiteto do Carone, este encontrava seu uso permitido pelo PDU de Vitória e que o estudo realizado foi o de Impacto de Vizinhança (EIV), que assim mesmo demorou em torno de um ano e meio de estudo; que os profissionais da Prefeitura de Cachoeiro tiveram acesso a este estudo em visita à PMV; desta forma, entende que este assunto deve ser amadurecido pelo CPDM. O Conselheiro Mario, revelou sua preocupação com o local porque o trânsito de Cachoeiro está caótico. Afirmou que o Perim fez estudo e construiu o Supermercado no BNH. Afirmou, ainda, que o Supermercado também deve pensar no bem do Município. O Conselheiro disse ser favorável ao projeto, mas gostaria que o local fosse estudado com carinho. A Presidenta agradece e diz ser sadia a discussão e que agora se deve esperar o andamento. Em seguida passa a palavra ao Procurador, Dr Carlos Sapavini, que relata ter uma ordem judicial exarada pelo Dr. Robson Louzada Lopes para apresentação do projeto do Sr. Valter Coelho de Paula; que houve um recurso à COMTEC, recurso este indeferido e o processo foi arquivado e, por ordem judicial, foi desarquivado. A Presidenta diz ter assumido o Conselho e que as coisas estão desorganizadas e pediu paciência aos conselheiros. Atendeu ao cumprimento da ordem judicial e chamou o Engenheiro, Sr Fábio. O Engenheiro cumprimenta a todos e agradece. Afirmar estar representando a Chevron (Texaco) a pedido do Sr. Valter, dono do terreno. Afirmou que nunca apresentou nada com ordem judicial e acha que não precisa chegar a isso; disse que o processo foi indeferido e arquivado com carimbo “não atende à legislação” sem ter dado a chance de adequação do projeto arquitetônico. É um projeto do empreendedor Texaco e terá uma loja franquizada, moderna, nova, atualizada, e com um pavimento. Afirmou que o local onde se pretende edificar fica em frente ao Hotel Rincão, no Bairro Amarelo. Relata que o proprietário fez uma consulta em 2006 e o projeto foi aprovado, mas não deram nenhum documento. Iniciaram, com a aprovação, a dar andamento ao projeto. Protocolaram a Anuência Prévia, que foi indeferida e arquivada sem nenhuma explicação; que quando protocolaram, o fizeram ainda enquanto vigorava o PDU. O parecer da COMTEC diz que falta documentação e cita outros impedimentos. O Sr. Fábio diz que se trata de uma questão de interpretação; que nada pode tirar o direito de propriedade, de construir. Afirmou que ninguém quer fazer nada contrário a lei; se o projeto precisar ser alterado, querem fazer dentro da legislação e requerem que se cumpra a lei. Requerem também o direito de corrigir as plantas e que o Conselho analise o caso. O sr. Fábio agradece e termina sua fala. A Presidenta diz que recebeu o pedido para inclusão de pauta e que o Conselho, analise. A Presidenta avisa, também, que a reunião passará um pouco do horário. Carlos Amboss diz que ordem judicial não se discute, se cumpre. O Vice-Presidente manifestou-se dizendo que essas discussões estão sendo positivas e que dará o suporte necessário para que o Conselho possa ter acesso à documentação para melhor análise. O Conselheiro Carlos Heugênio pergunta se o processo está nos arquivos da Prefeitura. O Conselheiro Carlos Heugênio sugere que o material retorne para estudo. O Conselheiro Yuri afirma que o processo não passou pela SEMDEC e gostaria que fosse analisado. A Conselheira Raquel ressalta que onde se pretende construir o empreendimento é BR 482. O Conselheiro Carlos Amboss menciona que esta Rodovia, nos últimos dez anos, foi estadualizada e depois federalizada várias vezes. O Conselheiro Mario diz que não se deve esquecer que para o local existe um ante projeto de uma rotatória, de um viaduto e agora este projeto. A Presidenta relata ter feito uma estrutura de trabalho, pois chegaram muitos novos projetos; solicita que os Conselheiros abram periodicamente seus “e-mails”

a fim de agilizar os trabalhos do CPDM. O Vice-Presidente lhe informou que o encaminhamento de ofícios e memorandos entregues em mãos pela Secretaria de Planejamento tem sido difícil e que os conselheiros têm conhecimento das datas das reuniões porque receberam a agenda anual. Sugere que haja uma pessoa para concentrar os trabalhos do CPDM (uma secretária). O proprietário deixa em posse do Conselho os documentos, plantas e processos para análise. Os documentos foram entregues à SEMPLA na pessoa do Sr. Silvio. A Presidenta diz ter tido dificuldade para administrar a fala dos Conselheiros e a fala do público, pois não foi decidido pelo CPDM se o público participaria ativamente. Colocou em votação e decidiu-se a dar a palavra e escutar o público, pois estamos aqui para ouvir, com clareza e transparência. Porém com ordem e de forma educada. Entende que não se deve ficar ligando para os Conselheiros para atingir o *quorum* para início das reuniões; que todas as entidades devem estar presentes e todas são igualmente necessárias e importantes neste Conselho. Quanto aos Grupos de Trabalho e Comissões, diz existirem muitas pendências, que as coisas estão se acumulando e questiona o que se deve fazer. Expôs, ainda, que temos que nos perguntar para onde vai a cidade, para onde a cidade irá crescer. Relatou que na pauta da próxima reunião do CPDM está a vinda da Dra. Isabela, Promotora de Justiça, que fará uma exposição sobre as PDM. Por fim, ficou acordado entre os Conselheiros que a próxima reunião será transferida para uma semana antes, por motivo da Feira Internacional da Construção Civil. Acatado o pedido pelos conselheiros, encerrou-se a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pela Presidenta, por mim e pelos demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 19 de fevereiro de 2009.

Conselheiros:

1. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (Presidenta)
2. Manoel Carlos Amboss
3. Dr. Bruno Farjado Lima
4. Sônia Raquel Duarte Borges
5. Carlos Heugênio Duarte Camisão
6. Pedro Laudelino Mengali
7. Neila Madeira de Azevedo
8. Adriana Grillo Carreiro Sader
9. Mario Cezar do Nascimento Moreira
10. Mariana Cunha Monteiro
11. Guilherme Gomes de Souza
12. Ana Paula de Oliveira Cozer Machado
13. Vasni Barbosa de Oliveira
14. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão
15. Stéfano Carreiro Fabris
16. Sérgio Antônio Mariano Cezar
17. Alexandre Buteri de Lima Freitas
18. Cristhiane Nogueira de Faria Pereira
19. Yuri Gagarin Sabino
20. Manoel Julio Xavier
21. Delandi Pereira Macedo
22. Fabiana Ramos Dias Caçador
23. Zenas Vieira Romano
24. Helio Carlos Campos Santos
25. Aguinaldo José Grillo
26. Cláudia Coutinho Rocha Bandeira
27. Vera Lúcia de Paz

Integrantes da Câmara Técnica:

1. Débora Maria Moura
2. Evanizis Dias Frizzera Castilho
3. Jairo Freitas Di Giorgio
4. Glória Maria Machado O. Assis

**CONSELHO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ata de nº 30 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne aos **doze dias do mês de Março de dois mil e nove**, às quinze horas e quarenta minutos no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a Presidência da Senhora Maria Luiza Jaccoud de Andrade. **Registram-se as presenças dos seguintes Conselheiros:** 1. Higner Mansur (titular) e Dr Bruno Fajardo Lima (suplente) representantes da OAB; 2. Sônia Raquel Duarte Bordes (Titular) representante da Santa Casa de Misericórdia; 3. Maria Luiza Jaccoud de Andrade (Titular) representante do CREA; 4. Roberto Lima Oliveira (suplente) representante da APAE; 5. Hélio Carlos Campos Santos (Suplente) da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim; 6. Hildeberto Pigatti (suplente) representante do Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim; 7. Aguinaldo José Grillo (suplente) representante do SINDIMÁRMORE; 8. Neila Madeira de Azevedo (Titular) representante da ADESA; 9. Adriana Grillo Carreiro Sader (Titular) representante do CRECI; 10. Alexandre Valdo Maitan (Titular) representante da Camara Municipal; 11. Guilherme Gomes de Souza (Titular) representante do IBAMA; 12. Vasni Barbosa de Oliveira (Titular) e Maria Goreth Cabral Pereira Camisão (Suplente) representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento; 13. Stéfano Carreiro Fabris (Suplente) representante da Secretaria Municipal de Saúde; 14. Sérgio Antônio Mariano César (Titular) da Secretaria Municipal da Educação; 15. Alexandre Buteri de Lima Freitas (suplente) representante do DEFISC; 16. Yuri Gagarin Sabino (Titular) e Manoel Julio Xavier (Suplente) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; 17. Delandi Pereira Macedo (Titular) e Fabiana Ramos Dias Caçador (suplente) representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; 18. Rodrigo Coelho do Carno (titular) representante da Secretaria Municipal de Governo; 19. Marco Antônio Carvalho de Oliveira (Suplente) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; 20. Zenas Vieira Romano (Titular) representante do IFES. **Ausentes os representantes das seguintes instituições:** ACISCI (ausência justificada); SINDIROCHAS; TRAMIRIM; FAMMOPOCI; São Camilo; IDAF; SEBRAE; SEMMAC; **Presentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** 1. Milton G. Assad (Titular) e Débora Maria Moura Carias (Suplente) representantes do Poder Público; 2. Jairo de Freitas Di Giorgio (titular) e Glória Maria Machado Assis (suplente) representantes do CREA. **Ausentes os seguintes membros da Câmara Técnica:** IFES; AABRI. Havendo quorum, a Presidenta declara aberta a reunião ordinária com a seguinte pauta: 1. Leitura e aprovação da ata; 2. Reunião de trabalho para dispormos os trabalhos do cronograma e formarmos as atuações dos Conselheiros em Grupos de Trabalhos, Comissões e outros; 3.

Pendências: EIV; Alterações PDM apresentadas pela SEMPLÓ dez 2008; Viaduto; S Mercado Carone; Posto de Gasolina;” A Presidenta inicia saudando a todos e informando que trata-se de uma reunião de trabalho para tratar do EIV, pendências, etc, do mapeamento pedido por Dra Isabela, Promotora de Justiça para próxima reunião do dia 19, de informações e dos outros projetos que estão entrando e querem se apresentar. Foi justificada a ausência do representante do IFES na Câmara Técnica, de Aguinaldo José Grilo do SINDIMÁRMORE e Ronaldo Azevedo do SINDIROCHAS que estão em reunião em Vitória. Foi comunicada a troca do representante da APAE, Roberto Lima Oliveira que substituiu Manoel Martins. A Câmara Municipal substituiu Ângela de Paula Barbosa e Mariana Cunha Monteiro por Alexandre Maitan e Gustavo Moulin. O Sindicato Rural substituiu Cláudia Rocha Bandeira por Augusto. A Presidenta pede que os conselheiros atualizem seus e-mails e os verifiquem periodicamente, tendo em vista a dificuldade da SEMPLÓ em enviar correspondências. É constatada a presença do SINDIMÁRMORE. Maria Luiza diz que existem atas pendentes precisando de assinaturas para serem publicadas e solicitou que os conselheiros assinassem. É feita a leitura da ata nº 28 pela Secretária. A Presidenta pergunta se há alguma observação sobre a ata. Higner Mansur solicita a inclusão em sua fala da expressão “alguns pequenos acidentes”. Outros conselheiros como Neila e Raquel estavam presentes na mencionada reunião não constavam na ata. Adriana justificou suas dificuldades em fazer as anotações para elaboração da ata. A ata é aprovada com as alterações sugeridas pelos conselheiros. A Presidenta diz que se trata de uma reunião de trabalho e elaborou um cronograma, o qual foi enviado para os conselheiros. “O quadro intenções refere-se ao que já entrou no Conselho; Viaduto, Carone, posto de gasolina, loteamento Itabira, Hospital Unimed”; relatou que as pessoas pedem a inclusão de assuntos na pauta por e-mail, telefone, e até por via judicial. “E qual o encaminhamento que o CPDM dará? Está havendo acumulação de trabalho. Ainda precisam ser analisadas legislação e alterações para o EIV, coisas do Conselho, Regimento, FUMPLADIM, Conferência e outras coisas que precisam ser vistas; acessibilidade e construção civil que precisam ser incluídas na pauta”. A Presidenta diz que, às vezes, “antes das questões chegarem para o Conselho elas passam pela COMTEC e, às vezes, entra direto no Conselho. As pessoas querem vir apresentar pelo tipo de trabalho que elas estão propondo para a cidade como já foi o caso do supermercado, que é um estudo de viabilidade urbana. Como faremos para resolver, porque só estamos recebendo, não estamos desenvolvendo os trabalhos. O nosso regimento nos diz que podemos ter grupos de trabalho ou comissões. Tudo isso tem sido novo para nós e de certa forma nunca tivemos essa velocidade nem de trabalho nem de comissões para serem formadas. Nós vamos ter que formar hoje essas comissões e precisaremos de prazo e critérios: como que nós vamos fazer esses critérios? Depois disso tem que chegar no final e tudo que entra no Conselho, mesmo

que não seja aprovado, temos que fazer essa leitura para a cidade.

A Promotora nos comunicou que o MP fez uma parceria/convênio com a UFES e os PDM’s de Cachoeiro e de outras cidades estão sendo revisados lá, pois existem coisas que são de leis e são inconstitucionais e outras estão ilegais. Que nós temos também coisas para serem alteradas que entraram através da SEMPLÓ”. Diz ter conversado com a Drª Isabela e ter falado que iria mandar para ela tais propostas de alterações porque aproveitamos e fazemos tudo de uma vez. A Drª Isabela convidou a Presidenta para ir com ela na UFES em uma reunião para que possam ser vistas determinadas coisas a respeito do PDM; que ela vai dar uma agilidade para que Cachoeiro possa ter esse trabalho priorizado. A presidenta informa que a Promotora ficou de marcar o dia para elas irem lá. Pergunta aos conselheiros como se procederá agora, para ter uma decisão quanto ao viaduto, porque está registrado na ata que seria feita uma audiência pública, mas qual será o pensamento do Conselho em relação ao viaduto na cidade? Não só quanto ao viaduto, mas todos os empreendimentos. Diz que de acordo com a análise dela temos que ter sempre uma visão da cidade nesse sistema de curto, médio e longo prazo. Que a visão de trabalho tem que ter um alcance amplo, porque CPDM também receberá a Drª Isabela, que virá com o projeto para ser apresentado e o Conselho tem várias coisas para resolver. Higner Mansur informa querer fixar na questão das modificações do PDM. Diz que o estudo que o Ministério Público está fazendo é muito bom e certamente virão muitas coisas interessantes, mas entende que o CPDM é o foro para discutir, para propor modificações e o fará por recomendações ao Prefeito. Que o CPDM não pode criar projeto de lei e nem enviar ao Prefeito mandando que ele faça isso; pode no máximo recomendar. Sugere, também, à Promotora que encaminhe ao Prefeito as propostas, porque a iniciativa do processo legislativo do PDM não é do Conselho, não é do Legislativo, não é de ninguém, é só do Prefeito. “Então não adiantaria a Promotora encaminhar para nós, porque nós não temos a iniciativa de criar projeto de lei.” Diz que gosta muito de trabalhar com o Ministério Público, porque normalmente eles estão no melhor lado. “Mas não é o Conselho que recebe determinações nesse sentido. Outros casos, não nesse sentido, de fazer levantamento econômico, disse que não é competência dos conselheiros.” Afirma que sua preocupação é que são vinte e duas páginas de proposta de alteração do PDM e salvo engano, não deverá vir menos que isso do Ministério Público. Diz que o Conselho deve se preparar para que se faça, se for o caso, uma audiência pública, porque talvez seja um trabalho tão grande e tão importante quanto a própria feitura do PDM, e quando acontece isso, o Estatuto da Cidade determina a realização de audiência pública. “Se as mudanças substanciais tem que ser levadas a audiência pública, o que não ocorreu no governo passado não se pode cair nesse mesmo erro. Quando o CPDM começou o nosso período aqui foram afastadas um monte de pequenas obras que estavam irregulares, que recusamos a atender obras irregulares.

Então o Conselho se recusou a fazer isso porque não é função dele”. Higner afirma entender também que não é função dos conselheiros ficar ouvindo gente que traz projetos completamente irregulares para “jogar conversa fora”; “na realidade, com todo respeito com cada um, jogar conversa fora, no sentido de ser inadequado ao PDM”, por isso acha que os trabalhos estão embolando. Diz que os conselheiros não tem que ouvir muita coisa. “Estão fazendo estudo para isso, estudo para aquilo, quando a gente sabe que se está contra o PDM, então não há o que fazer”. Afirma que quanto aos projetos que abrangem toda a cidade é obrigação do Conselho estudar, e será analisado se dá para mudar o PDM. “Agora, projetos particulares que podem ser uma grande expressão para nós e para a pessoa que está fazendo, mas para a cidade certamente não será. Temos uma cidade de 200.000 habitantes e não vai ser um supermercado dentro ou fora da cidade que vai nos tirar do trilho”. Diz que está falando do supermercado apenas para tomar como exemplo, mas que não está se posicionando a favor ou contra a nenhum desses projetos que estão na planilha. “Que a impressão que tem e que talvez seja a de todos no Conselho, é que esses projetos estão todos, ou quase todos, contra o PDM; se estão todos ou quase todos contra o PDM, os conselheiros não tem que se preocupar com isso. Tem que ter a coragem ou a cara-de-pau de recusar ouvir o que está flagrantemente contra o PDM, porque o Conselho não pode mudar o PDM porque alguém, o Dr Mansur, ou quem quer que seja, chegou aqui: Ah, vamos mudar. Não, não é assim. Só se pode mudar quando se tratar de alguma coisa que afeta toda a cidade. Fora disso, se tivemos coragem de tirar os pequenininhos, deveremos ter coragem de tirar os grandões também”. Entende que sejam essas situações que estão travando os trabalhos do Conselho e que faria uma revisão da pauta e o que está completamente contra o PDM não seria nem discutido no Conselho. A Presidenta diz que o viaduto precisa de uma resposta, e o Conselho foi direcionado para a Audiência Pública. Pergunta aos conselheiros se eles concordam e qual a opinião deles, como o Conselho irá proceder; se há necessidade de grupo de estudo. Higner diz que, no que se refere ao viaduto, para ele, o assunto se esgotou quando o DNIT veio ao Conselho. Deve-se esperar o EIV, o EIA e a audiência pública. “O Conselho não tem mais o que fazer sem esses elementos e eu duvido que alguém tenha”. Diz que até hoje é declaradamente contra, e que não pode mais falar que é contra só por falar; que é contra em tese e quer ver os estudos. A Presidente diz que gostaria de ouvir outra pessoa para que se possa decidir como proceder. Raquel diz que: “como muitos técnicos que estão no CDPM, temos que informar a população que vai votar na audiência pública sobre o viaduto, porque tem uma maquete muito bonita que o pessoal vai olhar, mas que na realidade não existe, não funciona daquele jeito. Então tínhamos que pensar em alguma coisa que possamos informar melhor essa população que vai votar e que ainda não pensou como; Talvez um grupo de estudo não seja o mais adequado, porque como já havia falado e como o Higner falou, já esgotou assunto no

CPDM. Mas o Conselho tem que ter essa responsabilidade, uma posição para que o pessoal que for votar, vote com consciência. Foi falado que tem 4.900 carros, a média vai passar para 10.000, porque todos os carros do Paraíso vão ter que passar pelo Amarelo e todos os carros do Amarelo vão ter que passar pelo Paraíso, então vão somar. Cada saída desse viaduto vai estar com o dobro da quantidade de carros”. Maria Luiza pergunta se os conselheiros têm mais alguma sugestão e se será formado o grupo. O EIV precisa ser apresentado. Zenas (Ifes) diz que o ideal é concluirmos as atividades de revisão para apresentarmos a proposta de modificação do PDM; que o trabalho da Câmara Técnica já chegou ao fim; que concorda com a posição do Dr. Higner sobre a prioridade de resolvermos essa questão; e que não adianta ocuparmos nosso tempo com outra coisa enquanto a cidade precisa do PDM pronto e adequado a suas necessidades de mobilidade, por exemplo. Rodrigo Coelho saúda os conselheiros e diz que primeiro quer fazer uma concordância com a primeira fala do Higner a respeito de transformar o PDM em uma colcha de retalhos, “cada coisa que vem nós mudamos um pedacinho”. “Não dá para mudar pedacinhos, porque senão não vamos conseguir ter um produto acabado satisfatório. Quer fazer uma concordância com o Professor Zenas (do Ifes), no sentido de que precisamos fazer o PDM inteiro na perspectiva da mobilidade urbana. Por muitos e muitos anos construímos um passivo histórico de que o foco era o carro e não a pessoa, e nós temos muitas pessoas com dificuldade de acesso a áreas centrais da cidade e então precisamos rever. Também construímos no passado um passivo por conta de questões extremamente pontuais. Pois bem então, com essa perspectiva precisamos avaliar o PDM num conjunto total; precisamos ser inteiros na avaliação do PDM. Esse encaminhamento, esse trabalho, precisa se feito urgentemente, essa é a concordância. Mas tem um caráter novo e conjuntural que precisamos avaliar também. Nós não podemos perder de vista o caráter de crise que a gente vive. A nossa arrecadação vem caindo assustadoramente, não só do Município, até do Estado e da União. Acho que se tivermos que fazer audiência pública de alguma coisa, devemos conhecer os dois lados; o mesmo ato de defesa que nós dermos para um lado teremos que dar para o outro lado fazer a mesma defesa, a contrapartida do mesmo tamanho, inclusive número de minutos, com os mesmos instrumentos e as mesmas possibilidades, porque só assim a gente consegue elucidar a população para que ela possa tomar as providências que precisam ser tomadas. Isso não necessariamente precisa nos amarrar ou nos engessar. Nós podemos caminhar paralelamente sem precisar envolver os conselheiros de maneira que não consigamos trabalhar o projeto principal que é o PDM e que seja inclusivo do ponto de vista das pessoas na sua mobilidade. E nós precisamos fazer isso. É preciso pensar em Cachoeiro como uma cidade pólo de desenvolvimento nesse conceito de PDM. Só que isso não pode engessar, temos que ter uma espinha dorsal, temos que ter um trabalho ordinário de elaboração que tem que caminhar. Teremos

paralelamente a isso algumas discussões que estão no Conselho; vai significar nos debruçar por alguns momentos extensos por conta da multiplicidade de problemas que nós vamos enfrentar.” Sugere a Presidente que “quando dos projetos pontuais que tenham indicativo de audiência pública, que seja chamado à audiência pública dando às partes iguais, uma regra clara sem precisar que os conselheiros fiquem debruçados, porque provavelmente as partes interessadas vão apresentar laudos, tanto quem é contra e quem é a favor, que sirvam para municiar a população numa audiência pública”. Diz que não acredita que o Conselho precisa sair fechado de posição porque senão perderá o sentido de fazer uma consulta. A audiência pública servirá até para os conselheiros criarem sua posição sobre o assunto, então isso não é impeditivo para a continuidade da nossa matéria principal que é a avaliação do PDM em conjunto. Quando às questões de intervenção na cidade, quando elas forem agressivas ao PDM, diz estar de acordo com Higner. “Não se pode ficar trocando o PDM toda hora, mas é preciso ter agilidade quando ele for omissivo, porque a cidade requer investimento. É Preciso trazer investimentos para a cidade; Cachoeiro precisa recuperar também a sua condição de pólo de metrópole sul capixaba. Então essa condição precisa de investimentos aqui, empreendimentos que não sejam agressivos ao meio ambiente. Vamos estabelecer um cronograma de trabalho que nos permita discutir o PDM como um todo e paralelamente a isso, quando aparecer alguma questão em que o PDM for omissivo, o Conselho aja de forma mais ágil em relação aos projetos”. Higner Mansur parabeniza o conselho, em razão dos mais graduados da Prefeitura estarem chegando até ele “e isso é sinal que efetivamente o CPDM está tendo representatividade, coisa que não tinha antes; não desconsiderando o grande homem que era o antigo Secretário, mas efetivamente agora nesse governo, pode-se ver no mínimo quatro Secretários, então o Conselho está ficando importante realmente”. Diz que tem determinados projetos, como o dos hospitais por exemplo, que é o que está mais antigo no CPDM, que estão flagrantemente contra o PDM. Fala que “o Conselho não tem que conversar sobre esses casos, porque, no máximo, se alguém quiser ou se o Conselho quiser, alguém da sociedade quiser, vá ao Prefeito e peça para ele mandar ao Conselho essas modificações, porque ele assumirá os ônus e os bônus, e ele saberá certamente, pois nenhum prefeito é bobo, muito menos esse; ele saberá certamente o que mandará para aqui. Isso elimina o problema de discutir o que não se pode discutir no Conselho. O CPDM não pode mandar construir hospital, porque o corpo técnico da Prefeitura disse que está irregular; Pode sim, se a sociedade quiser, se o Prefeito, que representa a sociedade, mandar para cá devidamente justificado que faça essa ou aquela mudança para atender esse ou aquele empreendimento, aí será algo mais claro. O Prefeito sabe que ele tem ônus em determinadas coisas e sabe que tem bônus. Enquanto o PDM está sendo bombardeado de todos os lados, nós ficamos dormindo (no bom sentido) com essas modificações. Então vamos correr atrás, vamos antecipar a

Promotora, vamos ver se mais alguém, que entenda sobre esse assunto, queira dar mais uma sugestão; O Conselho poderia fazer uma, duas ou três seções ordinárias para resolver isso. Se tem que mexer, então vamos mexer logo”. A Presidente Maria Luiza diz ao Conselho que formulou o cronograma porque é aquilo que está para ser resolvido e que trazem até o CPDM e tem por obrigação dizer aquilo que as pessoas procuram e querem alguma resposta; por exemplo, a questão do hospital. Vasni diz ser importante ver as abordagens e tudo o que está sendo mencionado; que a sua preocupação, desde o início, era exatamente que o Conselho estivesse se tornando um lugar onde se concentrasse uma série de decisões que não eram competência dele, então buscou que fossem agilizadas todas as alterações que fossem necessárias. Que buscou com a SEMPLIO e com o entrosamento com a Câmara Técnica e as demais pessoas que estavam participando trazer essas alterações, buscando instrumentos para que algumas coisas fossem resolvidas na Secretaria, porque é lá que elas tem que ser resolvidas. “Temos que ter os instrumentos, embora perceba que determinadas situações como a hierarquização de algumas ruas precisam ser modificadas. Então buscou que isso seja apressado para que se possa ter os instrumentos para tomar as decisões de uma forma legal. Esse é o trabalho que precisa ser, realmente, acelerado no Conselho, para que a Secretaria esteja com as condições reais para tomar as decisões sem ferir nada, de fato não é o objetivo”. Por isso traz todas essas modificações que está passando para o Conselho e espera que, inclusive, que possa ter votação de pelo menos um ponto ou apresentação de uma forma que permita ter o conhecimento de todos, para que essa aceleração seja concretizada. “Alguns setores da Prefeitura precisam ter os instrumentos corretos e o licenciamento está amarrado. Os conselheiros percebem hoje que alguns pontos travaram algumas coisas na cidade, existe reclamação geral do setor imobiliário, dos consultores, dos profissionais liberais, engenheiros, arquitetos, enfim, todos tem reclamado. Esse ônus recai sobre nós. Precisamos avançar no sentido de ajustar o PDM, adequar à realidade e à necessidade da cidade, então estamos dando a nossa contribuição como Secretaria, trazendo esse projeto, acelerando as informações para ter discussões aqui no Conselho”. Maria Luiza diz “no que concerne ao cronograma que quando subdividi em quatro itens: um é aquilo que está entrando em termos de projeto, embaixo está demanda de continuidade do PDM, o PRO por exemplo”. Informou que entregou uma cópia do cronograma à Promotora. Vasni relatou que passou uma cópia para o Prefeito para ser encaminhado para a Câmara. A Presidenta informa que EIV que está na pauta da reunião de hoje também e foi encaminhado por e-mail; as propostas de alterações do PDM também constam na pauta. Externa que sua grande preocupação desde o princípio foi quando viu que as coisas eram muitas e as reuniões ocorrem uma por mês e todas as vezes que tenta se marcar reunião as pessoas dizem: “mais uma reunião...”, mas é o único tempo que os conselheiros tem para se reunir; “é trabalhoso deixar o nosso tempo, mas precisamos; diante

de antos itens que precisam ser vistos faremos quantas reuniões forem necessárias. Da mesma forma que as coisas ficam paradas na Secretaria também ficam para os próprios profissionais que reclamam que as coisas não saem do lugar e é aonde que afunila isso na própria cidade e dá aquela sensação de que nada anda, que está tudo parado”. Diz que hoje o Conselho tem que sair daqui com esses procedimentos porque “é preciso caminhar e todo mundo quer isso”. Vasni formaliza a entrega das propostas estudadas pela SEMPLÓ juntamente com a COMTEC, Câmara Técnica e de técnicos do CPDM, quais sejam o EIV, o EIVS, a primeira etapa da revisão do PDM proposta de alteração do anexo XIV e também a proposta de alteração das tabelas de uso do anexo XI. Rodrigo Coelho sugere o uso de instrumentos e ferramentas tecnológicas, como ferramenta de trabalho do CPDM, um data show, por exemplo. Diz que “os trabalhos que estão sendo encaminhados de avaliação do PDM tem que ser comunicados à população, pois o que o Vasni coloca é extremamente procedente, porque as pessoas vão atribuindo responsabilidades não só ao Conselho mas também a Prefeitura Municipal por conta de não verem acontecer um determinado conjunto de intervenções que se fazem necessárias”; que quer resguardar e ver sempre presente a questão da mobilidade no Município de Cachoeiro de Itapemirim, pois acha que isso é grave. Que ao dito por Higner Mansur disse que o Prefeito não é bobo mesmo e quanto ao viaduto, o que está sendo mais considerado é a participação do povo. “Na Prefeitura Municipal, não é novidade para ninguém, sofre-se as mesmas pressões que o Conselho sofre; quanto menor for o contingente de pessoas envolvidas nos instrumentos de pressão colocados, por maior que seja o poder do agente, mais fácil será curvar à pressão. O Conselho precisa sem dúvida nenhuma privilegiar os instrumentos de participação popular, inclusive por meio de audiências públicas, para que a população se manifeste sobre questões importantes. “Imaginemos o Prefeito Municipal falar contra a ampliação de hospitais. Isso falado na sociedade de maneira distorcida faz com que o Prefeito além de sofrer as pressões dos agentes naturais interessados na questão, ainda venha sofrer pressão da população que quer um atendimento de saúde cada vez melhor, porque é direito dela e é justo que a população queira isso. Então precisamos estabelecer neste Conselho também espaços que clareem para a população as nossas dificuldades. E aí não é ser solidário com a administração municipal do ponto de vista de protegê-la ou não protegê-la. É do caráter de dar transparência a toda ação que for feita tanto pela Prefeitura quanto pelo Conselho do PDM. Esse instrumento eu acho que ele é mais importante, talvez esse encaminhamento seja mais produtivo, nos dê maior embasamento. Muitas vezes as pessoas acham que é demorado ouvir a população, mas eu acho que é extremamente importante ouvir a população acerca das demandas que afetam a vida das pessoas, porque nós estamos neste conselho do PDM e amanhã podemos não estar, mas a população estará aqui em todo tempo.” Higner diz concordar com Rodrigo, mas enterraria no

âmbito do Conselho, por enquanto, a questão do viaduto. “Sem o EIV, EIA e RIMA não adiantaria fazer audiência pública, vou usar a palavra, vai ser exata: uma sacanagem, porque o povo precisa saber o que está votando, não adianta só fazer audiência para todo mundo bater palma. Esse é um aspecto. Eu acho que nós não temos mais que falar do viaduto, temos que esperar os estudos e esperar que marque as audiências.” A Presidenta sugere adiantar a leitura do EIV para que seja votado no Conselho. Higner diz querer falar sobre o projeto do EIV e faz a leitura do artigo 399 do PDM afirma que “quando se trata de regulamentação dos artigos não precisa passar pelo Conselho, a não ser que modifiquem o PDM, mas não pode haver modificação pois o EIV e o EIVS estão regulamentando, então não precisa ser discutido no CPDM”. A Presidenta afirma que não obstante o dito por Higner, o Conselho pode ter conhecimento. Higner afirma: “Eu acho que um governo que funciona com boa convivência com o Conselho e vice-versa, independente de ter essa ou aquela posição, se não tiver modificação, não tem modificação, não pode ter, porque só regulamenta, então eu acho que um simples ofício da Prefeitura comunicando ao Conselho que está encaminhando os dois projetos anexos”. Faz novamente a leitura do artigo 399 do PDM e diz: “É só isso que o Prefeito vai ouvir de nós; para regulamentar ele não precisa ouvir a gente. Se mudar um artigo é outro problema, mas para regulamentar não precisa. Então eu proponho estes dois documentos apenas como um ato de parceria com o Poder Público e já declarando que ele não precisa pedir autorização pra gente, não precisa mandar pra gente estudar, mas pode mandar, se quiser mandar, com 30 dias de antecedência; se daqui a 30 dias vamos encaminhar, esperamos alguma sugestão, tudo bem, não é obrigação do Prefeito mandar isso aqui pra gente, porque não tem modificação.” Maria Luiza diz que o EIV e o EIVS foi feito pela SEMPLÓ, junto com a COMTEC. Afirma que é preocupação sua que os conselheiros tenham conhecimento do que é o EIV e saibam bem o que é. “O que a SEMPLÓ fez e teve a parceria da Câmara Técnica Permanente do Conselho a gente reavalia tudo? A gente tem que ter credibilidade porque se nós criamos aqui dentro até mesmo uma Câmara Técnica que é capaz de deixar os horários dela e ir à SEMPLÓ estudar com a SEMPLÓ que não seria nem obrigação dela, tá tudo ótimo. Todos concordam que seja assim?” Higner diz que a proposta é que se cumpra a lei. A Presidenta diz: “Então a pergunta é a seguinte, que isso seja uma proposta, que está aqui apresentada, todos concordam? Foi mandado por e-mail; podem ler para dar conhecimento ou não e podemos ir adiante?” Higner diz: “A questão toda, eu vi que a presidente está encaminhando para isso e eu não gosto disso, que é a gente ler isso e todo mundo bater palma.” A Presidente diz que sugere a leitura para ter conhecimento. Malu informa que existem pessoas novas no Conselho e está fazendo força para organizar, dar ritmo ao CPDM, o que afirma não ter antes. Diz que sua preocupação maior é que se possa estar caminhando “Então, isso para mim é como se estivéssemos fazendo um treinamento pra gente dar a velocidade

que a gente precisa dar para que as decisões sejam tomadas. Apenas isso.” Raquel afirma: “Eu concordo com o Mansur e o Rodrigo que a gente não deve ser uma colcha de retalhos, porque vem muita coisa pra gente solucionar aqui que não tem solução. Mas o que está me assustando, e eu tenho participado de muitos grupos de estudos, de trabalhos, comissões técnicas (...) é que venham algumas modificações a gente acha normal até como técnicos e, de repente vem uma bomba pra você aprovar. Então eu acho que está muito complicado. Ninguém falava de loteamento de Itabira... Ah, vamos aprovar... De repente isso vai causar a aprovação de um bairro, que a pessoa deixa de ter responsabilidade de um bairro, saneamento, com tudo, porque um bairro vai entrar em condomínio. Nós colocamos acima de 20.000 mas não colocamos até quanto. Tinha que ser de tanto a tanto. Então de repente eu me sinto usada estudando, não é usada por nada, então é complicado isso como técnico, para estudos. Então o conselho ficando com essa parte de modificação desse estudo já é...”. Maria Goreth sugere que seja feita uma análise; quanto aos artigos que são em grande número, as tabelas, os usos que foram reestudados, sugere que se monte uma equipe do Conselho, de várias áreas, para ler. Diz que será uma coisa mais dinâmica e pela experiência das outras reuniões e pela quantidade, que agora que é muito maior, acha muito complicado e essa equipe iria estudar e trazer para o conselho. Higner assevera: “a proposta que eu fiz é que o Prefeito não precisa mandar para nós, a não ser por um ato de gentileza. Proponho que a gente comunique que pelo regulamento do CPDM não é função obrigatória do Prefeito para o nosso crivo. Temos que entender que estamos recebendo para o nosso conhecimento e estamos liberando ele para já encaminhar amanhã. Eu quero limpar a pauta. Eu olhei, não tá modificando nada.” Maria Goreth diz que, “no caso do EIV é regulamentação e a proposta foi elaborada de acordo com material trazido pela população, por profissionais, depois com a colaboração da COMTEC, que é formada por representantes de cada Secretaria, são funcionários efetivos do quadro. Depois disso passa pela Câmara Técnica e pelos técnicos do CPDM como Raquel, Rangel e Higner”. O que propõe é que “para as alterações se forme essa comissão; se tem que ouvir a população tudo bem, mas o Conselho foi eleito em uma Conferência que teve a participação da população para eleger as entidades, que colocaram seus representantes. Então cada um dos conselheiros está também representando a população”. Rodrigo diz: “quando eu fiz a menção de usar os instrumentos, eu estava indo de encontro a uma proposta que o Higner fez com relação aos problemas polêmicos que preveem alterar, pontualmente, questões irregulares do PDM; nós estamos aqui sabendo dos instrumentos de pressão que são feitos nesses momentos. Então, assim, não é para questão do EIV ou que nós neste Conselho não estamos fugindo a nossa responsabilidade, não!”. Colocada em votação a proposta do Higner, os conselheiros aprovaram-na por unanimidade. Guilherme diz que é preciso avançar mais; que os conselheiros estão divagando, discutindo

muito; que o Prefeito foi muito elegante, a Presidente está de parabéns. Amanhã poderá ser encaminhada a proposta do EIV e EIVS para a Câmara Municipal. Maria Luiza diz que então já são duas coisas resolvidas: EIV e Viaduto. Higner Mansur, quanto aos artigos diz que são vinte e duas páginas de proposta de alteração e teremos estudo do MP. Sugere juntar a proposta de alteração dos artigos com o estudo o MP e a apreciação de tudo junto. Diz que não admite não discutir artigo por artigo e que não vai abrir mão de ouvir para cada artigo o motivo da modificação, porque a questão não é o texto que está mudando, mas a justificativa e na proposta não tem as justificativas, mas em favor da agilidade abre mão das duas horas para fazer reunião de quatro ou cinco horas; propõe que na próxima reunião se o MP conseguir trazer sua proposta seja feita uma reunião de quatro ou cinco horas para apreciar integralmente todas as mudanças também, limpando a pauta. Vasni diz que ele e a Presidenta solicitaram para a Promotora que ela pudesse nos dar antecipadamente quais seriam as modificações, mas ela justificou dizendo que não houve a possibilidade de encaminhar ao Conselho. Informa que por isso demorou encaminhar as propostas de alteração, porque ficou aguardando a Promotora para encaminhar tudo junto. Higner sugere que fosse oficiado à Promotora dizendo que estamos aguardando para analisar o mais rápido possível. A presidenta informa que já passou o e-mail para ela nesse sentido. Diz que não tem noção do volume do trabalho que vai ser apresentado por ela; que a Promotora ficou de mandar o projeto; que ficou aguardando até 2ª feira, “Ela ligou dizendo que não estava pronto, aí estendeu para mais uma semana e nisso veio a reunião”. Higner diz “quanto à questão da audiência pública se forem modificações pontuais para alterar a lei, não é necessário se fazer audiência pública, mas se dessas alterações todas sair um novo PDM aí sim deve-se que fazer audiência pública porque está na lei”. A Presidenta diz que Vasni passou para ela as modificações e que por sua vez, passou pra todo os conselheiros por e-mail e diz que está tudo pronto para ser apresentado. Higner propõe juntar tudo e informar ao MP que estamos dependendo do estudo a ser apresentado por ele para examinar uma série de modificações do PDM. Vasni diz que idéia é apresentar para conhecimento e assim agilizar um pouco. Higner sugere que o Conselho deveria não enviar por e-mail somente, deveria entregar a cada um aqui uma cópia. Maria Luiza pergunta: “vamos juntar essas alterações com as do MP e depois se tivermos tempo faremos a leitura para termos conhecimento do que seja rapidamente?” Qual a posição? Vasni pergunta: “faremos extraordinária?” Rodrigo diz estar de acordo com Vasni. Higner diz que as modificações serão diferentes, porque a proposta do MP será quanto à constitucionalidade, e essas apresentadas aqui são modificações do dia-a-dia. Raquel diz que já estudou muito e tem alguns que ainda está em dúvida. Rodrigo diz que “deveríamos encaminhar a proposta de votação para uma audiência única e específica para o tema, porque para estudar de uma vez só”. Maria Luiza pergunta: “quem é contra levanta a mão?” Quatro

conselheiros levantam a mão; os outros vinte conselheiros foram favoráveis. Vasni coloca o material das propostas de alteração do PDM, o EIV e o EIVS a disposição para quem precisar de cópia. Maria Luiza informa que na Reunião ordinária do dia dezoito de abril a Promotora não poderá se apresentar. Os Conselheiros decidem transferir a reunião do dia dezoito para o dia dois de abril. Higner diz “não cabe estudar a questão dos hospitais agora, se o órgão técnico da Prefeitura disse que está irregular e o PDM vai sofrer tantas alterações”. Diz ver com retos e bons olhos todas as atividades da promotoria. “Mas o que a promotoria vai mandar para o Conselho são sugestões de uma equipe técnica que acha que tem diversos artigos inconstitucionais. O Conselho não tem iniciativa, mas podemos estudar e encaminhar uma recomendação para o Prefeito. Então a questão do MP não altera ou modifica nada, mas ajuda e muito; e se tiver algo cabeludo ela vai entrar com ação tal ou qual não contra nós, nem contra a Prefeitura, mas contra a lei; vai pedir inconstitucionalidade da lei através de ação. Ela está dando oportunidade à cidade, podemos acatar ou não a sugestão dada, mas com certeza virá com muito bom senso. Todos os projetos que estão aí se tem parecer contrário da Prefeitura, não tem nem que passar por aqui.” Yuri diz alguns projetos naturalmente vão passar pelo CPDM por serem de natureza impactante, como é o caso de projetos de grande investimento na cidade, que tragam repercussão financeira e econômica para a cidade, necessariamente pela formação democrática do executivo. Higner diz “se o Prefeito entender que tem urgência num determinado processo, o primeiro a querer resolver logo sou eu, como acabei de fazer com o EIV.” Maria Luiza pergunta a Higner se o que ele quer dizer é que os projetos que serão de importância para o Município sejam solicitados diretamente pelo Prefeito ao Conselho. Higner pergunta se o projeto dos hospitais já foram reprovados ou foram aprovados. Vasni diz que não foram reprovados. Tem parecer da COMTEC em relação a algumas situações. Parecer mostrando os pontos contrários ao PDM e estão em tramitação. Higner diz: “se estão estudando na Prefeitura ainda, se está de acordo ou não o que nós vamos fazer aqui? Nós vamos: falar esquece a Prefeitura, esquece a COMTEC, esquece os engenheiros, esquece o estudo e está aprovado.” Alguém fala.... “Nós temos uma dificuldade aqui. Dr. Higner está falando desde o início que nós já tivemos aqui alguns projetos e pediram pra gente analisar; todos os projetos que a gente pegou está contra o PDM, então não tem como a gente fazer. Então não adianta discutir os projetos se a gente não fizer essa revisão do PDM, porque todo projeto que chegar aqui vai ter alguma coisa contra e aí a gente não vai poder resolver, porque a gente não pode ir contra o PDM.” Alguém fala.... “Então não adianta trazer esses projetos que o PDM é contra, nós não podemos determinar que se faça o projeto, porque se estamos aqui a favor da cidade e fazer o PDM funcionar direito, não adianta vir com projetos irregulares que a gente não vai aprovar nunca, enquanto não modificar o nosso PDM”. A Presidente diz concordar e afirma que essas foi sua preocupação diante de tantas propostas de alteração, de tantas

mudanças. Higner diz “Gostaria de lembrar quantos pequeninhos nós cortamos aqui. A gente não pode ter dois pesos e duas medidas.” Sérgio Mariano diz que na COMTEC estava-se discutindo muito sobre isso. “Eu acho que tanto a COMTEC e o CPDM tem que discutir o que está conflitando com a lei ou que a lei está omissa, fora disso cumpra-se a lei. Adriana Carreiro afirma: “Se a raiz do problema é a revisão do PDM, nós temos que dar prioridade a ela, o resto vai ser consequência de tudo.” Higner diz que essa é a proposta dele. Colocado em votação, por unanimidade decidiu-se que primeiro tratar-se-à da revisão do PDM. A Presidenta diz que “quando vieram esses projetos, muitas vezes eles se referiam ao mesmo local e como técnico a gente observa no mesmo local propostas diferentes de trabalhos a serem oferecidos e pegando a lei você questiona até a própria lei. É muito interessante e positivo isso, porque é capaz, aí sim quando você tem essa análise na mão, de abrir e dizer o nosso PDM e o nosso conhecimento diz que naquele espaço eu posso construir isso, isso e isso, e aí você começa também a fazer aquelas simulações. Bom, então esse projeto para ali seria bom? Aí você imagina, mas e se fosse isso que o PDM apresentando causaria mais ou menos impacto? Porque achei muito interessante a maneira que eu poderia analisar, porque eles estavam todos na mesma região. Dois em uma região específica praticamente no mesmo local ou não, um quase de frente para o outro. Então os impactos eram os mesmos, as propostas eram diferentes e a proposta que o PDM poderia oferecer ser melhor ou até pior que estava sendo oferecido. Eu acho que para questão da análise que é próprio da gente que é profissional, ela é muito sadia e ajuda muito a gente também. Porque veja bem, nós estamos falando em discutir os itens do PDM mas como é interessante agora sabendo que para um lugar você tem duas propostas, por exemplo o viaduto e o posto de gasolina, sabendo dos exatos problemas de cada um, não é interessante analisar aquilo ali? Olhar que abrangência que aquilo tem olhando a curto, médio e longo prazo e olhando para o crescimento da cidade ou até que ponto tem, a ver com o crescimento da cidade.” Vasni aborda a questão do FUMPLADIM. Disse que obteve as informações com o Secretário da Fazenda sobre os recursos que já deveriam estar já a partir deste ano, destinado ao Fundo. “Por uma questão até operacional isso não está sendo ainda destinado para o fundo. Os recursos que estão no §2º, do art. 5º são receitas decorrentes da cobrança, multas referentes à infração da legislação urbanística”. Vasni afirma que o Secretário prometeu estar regulamentando, operacionalizando isso dentro da Secretaria e no prazo de um mês disse que irá trazer um relatório de todo recurso que já foi possível de destinação ao Fundo. “Então a gente vai estar trazendo as informações completas de qual é a disponibilidade deste Fundo e como a gente tem que estar operacionalizando. Também consta aqui a respeito do art. 4º, parágrafo único: o chefe do Executivo, no art. 20, §1º da lei 5890, expedirá ato com o objetivo de criar e regulamentar o Conselho Gestor do FUMPLADIM estabelecendo a sua composição,

competência e vinculação. Aqui há uma certa divergência e o Sapavini já está sabendo; diz no artigo 4º fica criado o Conselho Gestor no 1º momento, depois diz o chefe do Poder Executivo tem o objetivo de criar e regulamentar o Conselho Gestor, então ao mesmo tempo diz que já criou e diz que tem o objetivo de criar e regulamentar. Então há uma certa divergência nesse parágrafo aqui. Mas a gente precisa de ter uma clareza aqui, eu queria solicitar o Sapavini que pudesse nos falar sobre isso.” Carlos Sapavini lê o art. 4º da Lei 6060 que diz o seguinte: “Fica criado o Conselho Gestor ao FUMPLADIM responsável por sua administração vinculado a SEMPLO”. “Aí no parágrafo único do mesmo artigo diz “o chefe do Poder Executivo com fulcro no art. 20, §1º da Lei 5890, de 31 de outubro de 2006 expedirá ato com objetivo de criar e regulamentar o Conselho Gestor. Então vejo a palavra criar aparece duas vezes no artigo e no parágrafo; quando vem para o parágrafo é porque o Conselho Gestor já está criado, foi criado no art. 4º. A palavra criar no parágrafo está inadequada, porque ele já está criado. É regulamentar, apenas, normatizar apenas. Então deveria ficar assim: “o chefe do Poder Executivo com fulcro no artigo 20 da Lei 5890, expedirá ato com objetivo de regulamentar o Conselho Gestor” apenas isso. A Lei nº 6045 diz segundo informação que obtive aqui, que este órgão tem competência para analisar processo em segunda instância.” É feita a leitura a leitura do inc. IX do art. 2º: “analisar processo em 2ª instância os recursos de processos relativos a aplicação do PDM quando solicitado pelo responsável técnico ou pela COMTEC”. Maria Luiza faz a leitura do artigo 38 e seus incisos e diz: “Quando a gente pega todos esses itens que são de competência, eu sinto uma imensa responsabilidade e às vezes até com falta de entendimento de até onde vai a extensão desde comprometimento e até quando eu também posso contribuir com isso com os conhecimentos que cada um tem. Eu acho isso muito sério. Quando eu trazer, também, como anúncio de pauta que precisamos estimular e conversar sobre acessibilidade; no governo passado, eu várias vezes tentei dizer que eu participei das conferências municipais e conferência do portadores de deficiência; eu me senti deficiente e mais responsável eu me senti, quando eu vi que nós aqui no Conselho não tínhamos conhecimento de tudo que foi apresentado na Conferência; não deu tempo de trazer ou não deu pra colocar na pauta. Então, nós temos muitas atribuições e muitas responsabilidades e como Presidente eu me sinto às vezes até com dificuldades em organizar todas as prioridades da minha própria vida, em questão de como participar de todas as coisas, porque é um Conselho de toda a cidade e a cidade tem vários problemas e situações.” Diz que não é fácil oferecer soluções para acessibilidade porque a cidade além de tudo tem um relevo bem acentuado; que acha positivo quando a Drª Isabela mencionou para onde a cidade está indo; que temos que estar atentos como conselheiros; o Conselho precisa saber para onde a cidade vai crescer, de que forma... o trânsito, escolas, etc.; que vão chegando novos projetos e vamos ficando com medo. Rodrigo Coelho disse que se maneira

geral os empresários acham que o CPDM trava todas as coisas.

Quando fizer leitura de projetos, que neste local ele vai causar impacto, vamos apontar outra alternativa. Nós somos os vilões, do contra, somos aqueles que a cidade escolheu para representá-la. A Presidente disse que quando nos procuram, não seja só apresentado o projeto, mas sim sugestão de alterações para viabilizar o projeto. Rodrigo sugeriu fazer uma proposta de como encaminhar propostas para o CPDM e que seja votado agora. Vai ajudar a agilizar, favorecendo os interessados e o CPDM. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. Sérgio Mariano propõe aos conselheiros uma apresentação da COMTEC para maiores conhecimentos, podendo ser colocado até na próxima pauta se possível. Higner Mansur fala da importância da Comissão Técnica Consultiva - COMTEC para a cidade e sugere que todos façam a leitura das atas que são publicadas no Diário Oficial do Município e que as reuniões ocorrem todas as terças-feiras na SEMPLO. Delandi convida o Conselho para conhecer a importância da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; convida todos a participar das palestras de acordo com Folder que foi entregue a todos; diz que Cachoeiro de Itapemirim está em primeiro lugar no Estado no tratamento de água. Maria Luiza diz que quando conversou com a Promotora sugeriu fazer uma leitura da cidade para conhecer melhor nossas condições... relevo, topografia, etc. Diz que vai fazer para o estudo dela e gostaria de mostrar o mapa. A Presidenta apresenta o mapa a todos e diz finalizar até junho, final de seu mandato. A Presidenta agradece a presença de todos e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas, encerrou-se a reunião. Para tudo fazer constar, lavro esta Ata, que vai assinada pelo Presidente, por mim e pelos demais presentes: Cachoeiro de Itapemirim (ES), 12 de fevereiro de 2009.

Conselheiros:

1. . Higner Mansur
2. Dr Bruno Fajardo Lima
3. . Sônia Raquel Duarte Bordes
4. . Maria Luiza Jaccoud de Andrade
5. . Roberto Lima Oliveira
6. . Hélio Carlos Campos Santos
7. . Hildeberto Pigatti
8. . Aguinaldo José Grillo
9. . Neila Madeira de Azevedo
10. . Adriana Grillo Carreiro Sader
11. . Alexandre Valdo Maitan
12. Guilherme Gomes de Souza
13. Vasni Barbosa de Oliveira
14. Maria Goreth Cabral Pereira Camisão
15. .Stéfano Carreiro Fabris
16. Sérgio Antônio Mariano Cézár
17. Alexandre Buteri de Lima Freitas
18. Yuri Gagarin Sabino
19. Manoel Julio Xavier
20. Delandi Pereira Macedo
21. Fabiana Ramos Dias Caçador

22. Rodrigo Coelho do Carno
23. Marco Antônio Carvalho de Oliveira
24. Zenas Vieira Romano

Câmara Técnica

1. Milton G. Assad
2. Debora Maria Moura Carias
3. Jairo de Freitas Di Giorgio
4. Glória Maria Machado Assis

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMUNICADO

R.B DA CUNHA ME, torna público que obteve da SEMMA a Licença de Operação nº 001/2009, com validade até 12 de fevereiro de 2013, para atividade de panificação e/ou confeitaria c/ forno à lenha somente e/ou associados com forno a gás e/ou elétrico, situada na Rua Anita de Freitas Santiago, nº 10, Monte Cristo - Cachoeiro de Itapemirim, ES.

NF 2047

COMUNICADO

ADILSON PEREIRA GUIMARÃES - torna público que requereu à SEMMA, a Licença Prévia Ambiental, para atividade de movimentação de terra, situada na Rua Aramis Barroso de Lima, nº 07 – Gilberto Machado - Cachoeiro de Itapemirim/E.S.

NF 2050

COMUNICADO

TRATOL – TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, torna publico que requereu à SEMMA a Licença Prévia e a Licença de Instalação, para atividade de oficinas mecânicas, reparos em geral em veículos e/ ou maquinários com pintura, situada na Av. Francisco Mardegan nº 99 - Aeroporto - Cachoeiro de Itapemirim – ES.

NF 2051



www.cachoeiro.es.gov.br

(Serviços disponíveis: Órgão e Diário Oficial, download de leis, serviços municipais, endereços, telefones de atendimento e Consultas de Processos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

VAMOS COMBATER A DENGUE

**Como COMBATER a Dengue
(Denuncie – 3155-5711)**

- Destrua tampas, copos descartáveis, lata e pneus velhos ou mantenha-os bem guardados, longe das chuvas e colocados para coleta de lixo.

- Mantenha a água da piscina bem tratada e sempre limpe as calhas e a laje da sua casa principalmente a água acumulada das chuvas no terraço.

- Evite cultivar planta aquáticas e não tenha em casa planta que acumulam água nas folhas, como bromélias(gravatás). Não esqueça também de substituir a água dos pratos de plantas por areia grossa molhada.

- Troque a água das jarras de flores diariamente. Lave e escove bem os recipientes para remover os ovos do mosquito que podem esta colados nas paredes.

- Esvazie as garrafas que estão fora de uso e guarde-as sempre de boca para baixo e em lugares cobertos.

- Mantenha bem fechadas as caixas d'águas, poços, latões, filtros e latas de lixo para não permitir a entrada ou saída de mosquitos.

- Troque, todos os dias, a água dos bebedouros de animais, lavando-os com escova ou bucha.

Lembre-se: a prevenção é sempre o melhor remédio

